

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDRESSA DOS SANTOS VIEIRA

**O NEGRO EM MACHADO DE ASSIS:
ESCRITOS DA ESCRAVIDÃO**

VITÓRIA
2019

ANDRESSA DOS SANTOS VIEIRA

**O NEGRO EM MACHADO DE ASSIS:
ESCRITOS DA ESCRAVIDÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Pinheiro de Cristo.

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

V657n Vieira, Andressa dos Santos, 1984-
O negro em Machado de Assis : escritos da escravidão /
Andressa dos Santos Vieira. - 2019.
77 f.

Orientadora: Maria da Luz Pinheiro de Cristo.
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Literatura Brasileira. 2. Machado de Assis. 3. Escravidão. 4. Negro. 5. Violência. 6. Crítica. I. Cristo, Maria da Luz Pinheiro de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82


Andressa dos Santos Vieira

O negro em Machado de Assis: escritos da escravidão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 26 de julho de 2019.

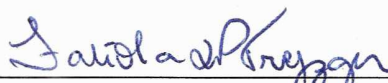
Comissão Examinadora:



Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)
por Profª Drª Maria da Luz Pinheiro de Cristo (UFES)
Orientador(a) e Presidente da Comissão



Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES)
Examinador(a) interno(a)



Profª Drª Mônica Fernanda Rodrigues Gama (UFOP)
Examinador(a) externo(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Anita e Antonio, pelo encorajamento e por proporcionarem todas as condições necessárias para que eu pudesse chegar até aqui, sempre acreditando que eu alcançaria os meus objetivos.

A minha irmã Andréa, por ser a força que sustenta a nossa família e minha eterna companheira nos esportes. Ao Neto, um irmão, pelo seu carinho e sua energia positiva. A minha sobrinha Helena por ser a luz e a renovação necessárias para que possamos seguir em frente.

A minha irmã Alessandra, por seu apoio incondicional que me mantém firme em todos os momentos, por acreditar que sou capaz de conseguir qualquer coisa e por estar ao meu lado seja qual for o desafio. A Everton, pelo apoio nas horas mais difíceis, pelas conversas descontraídas e pelos jantares que fez com Ale, obrigada pelos momentos agradabilíssimos.

A Valci, meu companheiro, por dar e receber amor, pela incrível paciência e por dividir a vida comigo.

A todos os meus amigos, pela torcida e pela compreensão diante das ausências constantes. A Gyl e Allana por fazerem parte da minha vida de maneira tão especial, somos uma família. A Priscila pela força e pela determinação que me motivam a continuar. A Cecília e Naara pelo apoio e pela amizade que nasceu na graduação e que cultivaremos por toda a vida. A Andréa por ser um exemplo de dedicação e superação que me inspira a fazer melhor.

A Rízia e Rogério, amigos de mestrado, por caminharmos juntos ao longo dessa jornada, enfrentando os obstáculos e superando os nossos limites, pelo companheirismo e pelas conversas esclarecedoras.

A todos os professores que fazem parte da minha trajetória acadêmica, especialmente Wilberth Salgueiro e Fabíola Padilha, pelas inestimáveis contribuições teóricas, pelas maravilhosas aulas de literatura e por serem exemplos de profissionais.

A minha orientadora, Maria da Luz, pela oportunidade, pelas leituras e pelos apontamentos que nortearam esta pesquisa e que permitiram que eu pudesse caminhar de forma mais tranquila.

A UFES, por me receber como aluna durante esses seis anos entre a graduação e o mestrado e por ter me proporcionado oportunidades e experiências enriquecedoras que permitiram meu crescimento pessoal e profissional para que me tornasse uma pesquisadora.

A FAPES, pela bolsa concedida.

Examinando os retratos que dele nos ficaram, nota-se que, adulto, tinha, como muitos brasileiros, alguns traços negroides: cabelos ligeiramente crespos, o lábio inferior bastante carnudo, um nariz antes achatado.

Jean-Michel Massa

RESUMO

A escravidão deixou marcas profundas por onde passou e os horrores propagados por sua instituição serão sempre lembrados como pertencentes a um dos momentos mais execráveis da história. Essas marcas estão representadas na literatura brasileira através dos personagens negros, em situação de cativo e libertos, dos senhores de escravos e das relações interpessoais estabelecidas entre eles e que costumavam ser regidas pelo controle e pela dominação através do uso de violência. A presente dissertação analisa essas relações mantidas entre brancos e negros, inseridos em uma sociedade regida pelo patriarcalismo burguês do século XIX, nos contos e nas crônicas integrantes do *corpus*, a partir da identificação dos aspectos caracterizadores do uso da violência como ferramenta de dominação do outro, em especial a mulher negra em situação de cativo, e as estratégias utilizadas por Machado de Assis para criticar a sociedade oitocentista brasileira, a instituição da escravidão, o lento processo de Abolição e a situação do escravo liberto, antes e depois da assinatura da Lei Áurea, a fim de ampliar os estudos sobre a presença do negro e do discurso abolicionista nos escritos machadianos.

Palavras-chave: Machado de Assis. Negro. Escravidão. Violência. Crítica.

ABSTRACT

Slavery left deep marks wherever it went, and the propagated horrors by its institution will always be remembered as belonging to most execrable moments in history. These marks are represented in the Brazilian literature through the black characters, in captivity situation and freed, of slaves' masters and the established interpersonal relations between them and that used to be dictated by the control and the domination through the use the violence. The present dissertation analysis these maintained relations between whites and blacks, inserted into a society governed by the bourgeois patriarchalism of the 19th century, in the tales and chronicles that compose the corpus, from the identification of characterizing aspects of the use of violence as a tool of domination of the other, in special the black woman in captivity situation, and the strategies used by Machado de Assis to critics the Brazilian eighties society, the institution of slavery, the slow process of Abolition, and the situation of the freed slave before and after the signing of the Lei Aurea, in order to expand the studies about the negro's presence and the abolitionist discourse in the writings of Machado de Assis.

Keywords: Machado de Assis. Negro. Slavery. Violence. Critic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O NEGRO EM MACHADO DE ASSIS:	
REVISÃO DA FORTUNA CRÍTICA SOBRE A ESCRAVIDÃO	13
2 VIOLÊNCIA COMO FORMA DE DOMINAÇÃO SENHORIAL:	
A MULHER NEGRA NO CONTO MACHADIANO	26
2.1 Virginius: narrativa de um advogado	27
2.2 Mariana	31
2.3 O caso da vara	37
2.4 Pai contra mãe	40
3 A CRÍTICA NO JORNAL:	
AS CRÔNICAS DE <i>BONS DIAS!</i> E <i>A SEMANA</i>	45
3.1 Bons Dias!	46
3.2 A semana	61
3.3 Machado de Assis e a escravidão	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839 e faleceu, também no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908. Segundo Jean-Michel Massa, o escritor nasceu “na chácara do Livramento, onde viviam seus pais, Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado, que se haviam casado onze meses antes, na capela da propriedade” (MASSA, 2009, p. 43). Após a perda da irmã e da mãe, esta quando ele tinha apenas dez anos de idade, se muda com o pai e pouco se sabe a respeito dos anos seguintes de sua infância, início da adolescência e sobre aspectos relacionados à escolaridade.

Aos quinze anos de idade ele publica os poemas *Ela* e *A palmeira*, ambos na revista *Marmota Fluminense* de Paula Brito,¹ dando início a uma intensa e grandiosa carreira literária. Dos romances que escreveu, o primeiro a ser publicado foi *Ressurreição*, em 1872, e o último *Memorial de Aires*, em 1908, mesmo ano da morte do escritor. Sua obra é composta por um grande número de poesias, contos, crônicas, peças teatrais, traduções e crítica literária.

Observando a obra de Machado de Assis, bem como a sua fortuna crítica, é possível perceber que seus textos mostram proximidade com os assuntos relativos à sociedade do seu tempo e com as relações sociais estabelecidas pelo patriarcado burguês e escravocrata de amplo domínio branco. Entre os assuntos abordados nos escritos machadianos, encontram-se: a escravidão, a violência sofrida pelos escravos, as críticas ao sistema proferidas pelo cronista, os quais pretendo investigar nesta dissertação. Para compor o *corpus* da análise, escolhi quatro contos e dez crônicas, publicados entre 1864 e 1906, que percorrem um longo período de sua produção literária.

A escolha por dissertar sobre o negro e a escravidão na obra machadiana surgiu da importância de aproximar os escritos de Machado de Assis dessa temática, através do reconhecimento da existência de um discurso em favor da abolição da escravatura,

¹ Francisco de Paula Brito era proprietário de uma tipografia no Rio de Janeiro e se tornou grande amigo de Machado de Assis.

enquanto busca estabelecer a presença de uma forte crítica social ao regime escravocrata e ao posicionamento da elite branca perante a frágil situação do negro, uma vez que o escravo “está presente nos romances, contos e crônicas de Machado, tão verossimilhante quanto na sociedade escravista da época, em seu papel de servir aos senhores, conforme a vontade e determinação destes” (TRÍPOLI, 2006, p. 90).

Procuro contribuir com as pesquisas e estudos que buscam estabelecer uma conexão entre a obra literária de Machado de Assis e os discursos voltados aos menos favorecidos através de uma análise mais detida nas personagens mulheres e negras a partir das relações estabelecidas por elas com seus senhores e ex-senhores, visto que se encontram imersas em relações de dependência determinadas pelo homem branco como uma forma de controle, bem como nos tipos de violências às quais são constantemente submetidas.

Como integrantes do *corpus* estão quatro contos: “Virginius: narrativa de um advogado”, “Mariana”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”; seis crônicas da série *Bons Dias!*: *Gazeta de Notícias* 11/05/1888; *Gazeta de Notícias* 19/05/1888; *Imprensa Fluminense* 20-21/05/1888; *Gazeta de Notícias* 27/05/1888; *Gazeta de Notícias* 01/06/1888 e *Gazeta de Notícias* 26/06/1888 e quatro crônicas da série *A semana*: *Gazeta de Notícias* 15/05/1892; *Gazeta de Notícias* 16/10/1892; *Gazeta de Notícias* 01/01/1893 e *Gazeta de Notícias* 14/05/1893, que são analisadas com foco no discurso do cronista para fomentar suas críticas à sociedade, ao sistema escravocrata, ao processo de Abolição e à situação do negro após a assinatura da Lei Áurea.

O desenvolvimento desta dissertação foi orientado por obras que trabalham com o tema do negro e da escravidão e que buscam aproximar a obra de Machado de Assis, especialmente seus contos e suas crônicas, do discurso a favor da libertação dos escravos, a partir da análise das particularidades das personagens negras, das relações senhoriais e das estratégias narrativas utilizadas pelo autor para criticar o sistema escravista. Obras como *Machado de Assis: a pirâmide e trapézio* (2001), de Raymundo Faoro; *Machado de Assis: historiador* (2003), de Sidney Chalhoub; *Machado de Assis: ficção e história* (2003) e *Por um novo Machado de Assis* (2006), de John Gledson; *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*

(2006), de Mailde Jerônimo Trípoli; *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo* (2009), antologia organizada por Eduardo de Assis Duarte; *Machado de Assis e a escravidão* (2010), organizada por Gustavo Bernardo, Joachim Michael e Markus Schäffauer, produzida em homenagem ao centenário de morte do escritor, entre outros livros e trabalhos, extremamente importantes para fundamentar essa pesquisa.

1 O NEGRO EM MACHADO DE ASSIS: REVISÃO DA FORTUNA CRÍTICA SOBRE A ESCRAVIDÃO

A obra de Machado de Assis, em sua magnitude, propicia a realização de diversos estudos com base em diferentes perspectivas de análise. A diversidade de seus textos perpassa da poesia ao romance e conta com traduções e críticas literárias. Diante dessa variedade, sua fortuna crítica alcançou tamanha vastidão que a seleção dentre essas produções se faz importante, a fim de elencar aquelas que se aproximam da abordagem pretendida nesta dissertação, como artigos e livros dedicados ao tema do negro e da escravidão, especialmente, a partir de análises da presença dos personagens negros, escravizados ou livres, nos escritos machadianos, das relações que estabeleceram com os senhores de escravos e das violências e opressões sofridas que marcaram seu lugar na estrutura social e que se destacam como características do período escravocrata brasileiro. O fruto dessa seleção será exposto a seguir em breves resumos das análises elaboradas por estudiosos e pesquisadores dedicados à obra machadiana.

O artigo *Literatura e consciência*, de Octavio Ianni, foi publicado em 1988 no 28º número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, da USP. Nesse artigo, o autor aborda questões acerca da produção literária brasileira de escritores negros e sobre o negro, abrindo espaço para o debate acerca do que vai denominar como literatura negra:

A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo (IANNI, 1988, p. 91).

Ianni inclui Machado de Assis no grupo de escritores, juntamente com Cruz e Sousa e Lima Barreto, responsáveis por fundar a literatura negra e afirma que o resgate desses autores por esse “ramo” da literatura permite ao leitor “repensá-los melhor,

descobrir dimensões novas em suas obras, redimensioná-los no âmbito da literatura brasileira. Certamente contribuem decisivamente para a formação da literatura negra, enquanto tema e sistema” (IANNI, 1988, p. 93). Ele trata do modo como Machado trabalha com a questão do negro em seus escritos e destaca a necessidade de o leitor compreender a obra machadiana a partir da adesão ao “espírito de sua ficção”, sendo necessário entrar na sua “visão do mundo”, a que chama de “fundamentalmente paródica”, para então encontrar as ligações e os significados existentes ao longo de sua obra.

O autor encerra o artigo com reflexões acerca da ligação existente entre a literatura negra e o movimento negro, ressaltando a sua diversidade e a importância de se falar sobre o negro como forma de “afirmação da cultura afro-brasileira” a partir do avanço dos movimentos contrários à discriminação social e do papel da literatura nesse processo por ser responsável por expressar as lutas e as conquistas.

O livro *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*, de Mailde Jerônimo Trípoli, é resultado da dissertação de mestrado que a autora defendeu em 1997 na Universidade Estadual de Campinas, sendo publicado pela Editora da UNICAMP em 2006. A obra traz questões acerca da instituição da escravidão em solo brasileiro e da existência de personagens negros em obras literárias de autores como Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, José do Patrocínio e Machado de Assis.

Na *Introdução*, a autora trabalha, inicialmente, a noção de diferença para justificar o surgimento do etnocentrismo e como esse estatuto iria contribuir para que a escravidão negasse o estatuto de alteridade ao negro ao inferiorizá-lo a partir da diferença racial e como isso teria influência na literatura:

As teorias raciais e crenças etnocêntricas apregoavam uma hierarquia etnográfica na qual o negro ocupava o último grau da escala social. Assim, ainda que elemento integrante – junto com o branco e o índio – da civilização brasileira, era marginalizado. A literatura não o omitiu, mas sua voz e ação, muitas vezes, quando não apagadas, foram tolhidas, distorcidas ou mascaradas. Sua presença, em geral, se dá por tipos. O indivíduo representa o coletivo. Estereotipada, a imagem do negro passa de dócil, infantil, fiel, subjugada a violenta, feroz, vingativa, demoníaca, em razão dos interesses do momento e do

contexto em que é inserido o estereótipo. A literatura espelha isso (TRÍPOLI, 2006, p. 15).

A autora ressalta que a identidade do negro, enquanto personagem literário, era apresentada de acordo com o posicionamento do escritor, seja ele abolicionista ou escravocrata, e que o discurso abolicionista costumava acontecer nas vertentes humanitária e positivista, mas que a realidade brasileira era extremamente exigente em relação aos discursos classificados como abolicionistas, uma vez que era necessária a preservação da imagem do senhor em detrimento da imagem do escravo:

Ao criar uma imagem do negro escravizado, baseando-se na concepção ideológica senhorial, o autor do discurso, de certa forma, constrói também a sua própria imagem. Em oposição à selvageria, à indolência, à submissão, à promiscuidade, ele é a civilidade, a moral, a atividade, o domínio, a posse, a superioridade. Ele é o que o outro não é. Sem dar-se conta, talvez, de que nessa construção, ausentando-se o outro, a sua tão bem construída imagem deixa de existir (TRÍPOLI, 2006, p. 17).

O primeiro capítulo, *Pelo bosque das histórias*, trata das particularidades da instituição da escravidão no Brasil, das poucas manifestações contrárias ao regime escravocrata, da aceitação manifesta através da “consciência social” refletida nas obras literárias do século XV ao XVIII e dos escassos registros de consciência na literatura colonial, salientando a influência da realidade da época sobre as produções literárias e das tendências surgidas após a extinção do tráfico negreiro, como a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário.

Trata, também, das questões envolvendo racismo e preconceito, do surgimento da palavra “negro” e da forma como ela passou a significar escravo a partir de sua associação com a servidão, da evolução da ideologia escravista no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, do discurso literário brasileiro que busca sinalizar as contradições sociais atreladas ao campo da sexualidade e das relações estabelecidas, geralmente, entre homens brancos e mulheres negras.

O terceiro capítulo, *Machado de Assis*, aponta alguns pontos biográficos do escritor e cita estudiosos de Machado de Assis que buscam associar a vida com a obra do escritor para fomentar seus estudos. Alguns deles com enfoque no lado filosófico:

Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer e Mário Matos e outros no lado sociológico: Gondim da Fonseca, Barreto Filho, Astrojildo Pereira e Roger Bastide. Traz, também, aqueles estudiosos que buscam priorizar a obra machadiana enquanto objeto de estudo: Raimundo Faoro, Roberto Schwarz e John Gledson.

A autora analisa o tempo da obra machadiana de 1840 a 1900 e o fato de se encaixar em muitos acontecimentos que marcaram a história do país, especialmente a escravidão. Ela aponta a presença do escravo, negro e mulato, nos romances *Ressurreição*, *Quincas Borba*, *A mão e a luva*, *Helena*, *Iaiá Garcia*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Casa velha* e *Memorial de Aires*, no poema *Sabina* e alguns dos contos e crônicas.

As *Considerações finais* expõem uma reflexão sobre o advento do Romantismo e o surgimento do “espírito de nacionalidade” através da figura do índio e como a figura do negro não se fazia um elemento de inspiração até o crescimento do movimento abolicionista e que mesmo após a evolução desse movimento ela surgia de forma distorcida e estereotipada na literatura. Bem como, as formas como Machado de Assis não busca estereotipar a figura do negro em seus escritos, pois o retrata como homem, acima de tudo, e que faz isso utilizando o pessimismo, enquanto recurso estilístico, a ironia e a sátira, a crítica e o humor, a fim de desmascarar a sociedade escravocrata.

A antologia *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo* foi publicada em 2007 e organizada por Eduardo de Assis Duarte, responsável também pelas notas e pelo ensaio do posfácio intitulado *Estratégias de Caramujo*. A obra é composta por *Nota Introdutória*, *Posfácio* e cinco capítulos resultantes de “uma releitura da obra de Machado de Assis com vistas à pesquisa das manifestações de afrodescendência, expressas, sobretudo, nos posicionamentos textuais a respeito da escravidão e das relações inter-raciais existentes no Brasil do século XIX” (DUARTE, 2009, p. 7).

Vale ressaltar que o organizador buscou utilizar “o maior número possível de edições de cada um dos textos, desde aquelas constantes nas *Obras Completas* da Jackson e da Nova Aguilar, até a edição crítica preparada pela Comissão Machado de Assis” (DUARTE, 2009, p. 11) e destacou os trechos nos quais é possível identificar o que

ele denomina como “manifestações da afrodescendência” na obra machadiana, enriquecendo ainda mais as pesquisas sobre o tema, pois todos os cinco capítulos contam com notas esclarecedoras sobre aspectos textuais e históricos que circundam a obra machadiana.

A *Nota Introdutória* contém apontamentos importantes para a compreensão da motivação da pesquisa, posto que a associação de Machado de Assis a um perfil negro ainda causa estranheza em muitos admiradores de sua obra: “indagar a respeito da porção afrodescendente de uma figura como Machado de Assis – um dos grandes escritores de língua portuguesa e seguramente o maior ficcionista da literatura brasileira – pode até soar estranho para alguns” (DUARTE, 2009, p. 7). Diante de seu branqueamento forçado, disseminou-se a propagação da afirmação de que Machado foi um escritor indiferente perante as questões envolvendo a escravidão e a condição do negro:

À trajetória do cidadão agrega-se o sucesso do escritor perante um público que, em sua grande maioria, estava longe de situar-se entre as classes populares. Desse modo, sua biografia mostra a ascensão de um afrodescendente, vindo das margens da estrutura social, para se aproximar da elite de seu tempo: imprensa, literatura, máquina governamental. Alguns desafetos atacaram esse “aburguesamento”, que, para eles, corresponderia à assunção das práticas sociais e literárias dominantes. Afirmou-se, inclusive, que o uso de barba e bigode, quase obrigatório entre homens de seu tempo, teria como objetivo o disfarce dos traços negroides. Isto sem falar dos polêmicos retoques para clarear a pele nos estúdios dos fotógrafos da época. Tais lugares-comuns, somados à ausência de um herói negro em seus romances, fundamentam em grande medida a tese do propalado absentismo machadiano quanto à escravidão e às relações interétnicas existentes no Brasil do século XIX (DUARTE, 2009, p. 8).

Com base nas constantes acusações de absentismo de Machado e na sintetização dessa posição equivocada se “cristalizou a imagem do cidadão omissos e do homem de letras denegador de suas origens nas atitudes na escrita e no pensamento” (DUARTE, 2009, p. 9), mas, na contramão desse posicionamento, encontram-se estudiosos como John Gledson, Magalhães Júnior, Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub que com suas “leituras mais rigorosas [...] polemizam com o suposto “alheamento” ou “absentismo” da obra machadiana” (DUARTE, 2009, p. 9) e podem ser apreciados nessa antologia.

O primeiro capítulo da antologia, *Poesia*, trata dos poemas *Sabina* e *13 de Maio*; no segundo capítulo, *Crônicas da Escravidão*, o foco recai nas 21 crônicas publicadas, entre 1864 a 1897, em periódicos como *Diário do Rio de Janeiro*, *Semana Ilustrada*, *Ilustração Brasileira*, *O Cruzeiro*, *Gazeta de Notícias* e *Imprensa Fluminense*; o terceiro capítulo, *Crítica Teatral*, aborda dois textos dedicados à produção de José de Alencar, são eles: *Mãe* (1860) e *O teatro de José de Alencar* (1866); o quarto capítulo, *Contos da Escravidão*, os contos *Virginius: narrativa de um advogado*, *Mariana* (1871), *O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana*, *O caso da vara* e *Pai contra mãe* e no quinto capítulo, *Romances*, são elencados excertos de nove romances machadianos.

No *Posfácio*, ensaio *Estratégias de Caramujo*, Eduardo de Assis Duarte aborda a faceta do jovem “jornalista liberal”, que deixava transparecer em sua escrita seus pontos de vista e temas expressos em sua “escrita incipiente” e que passaria por transformações tão significativas ao longo dos anos, e busca contextualizar seu leitor com um pertinente apontamento acerca do pensamento que dominava a sociedade brasileira da época:

[...] Se olharmos a questão da mestiçagem e da assimilação aos padrões brancos a partir de um enfoque mais amplo e refletirmos sobre o que era ser mulato, mesmo livre, numa ordem escravocrata que vinha de séculos, e se confundia com a própria natureza da sociedade então existente; por outro lado, se nos detivermos sobre o eurocentrismo que permeava o pensamento filosófico do ocidente (lembremo-nos de Hegel e sua célebre exclusão da África do Espírito Universal); e, ainda, se nos lembrarmos das teorias “científicas”, vigentes na segunda metade do século XIX a respeito da hierarquia das raças, podemos vislumbrar o quanto de imperativo social existia em favor do branqueamento e da assunção dos modos de pensar e agir da classe senhorial (DUARTE, 2009, p. 250).

Segundo Duarte, é nesse contexto que Machado de Assis surge e se estabelece como escritor, num ambiente totalmente desfavorável ao negro e que busca, a todo o momento, desmerecer tudo aquilo que esteja associado à escravidão e suas origens africanas. Pensar em Machado como um descendente de negros nascido durante os tempos de um império escravocrata remete o pensamento para as dificuldades enfrentadas por ele para ascender socialmente e se estabelecer como um escritor que

conquistou grande reconhecimento, ainda em vida, mesmo inserido numa sociedade representada pela elite branca.

Cogitar que Machado de Assis seria capaz de se posicionar a favor da escravidão é completamente inconsequente, afinal “nos escritos machadianos não se veem em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subentendido, à escravidão. Nem se encontram os estereótipos recorrentes cujo foco é desumanização dos afrodescendentes” (DUARTE, 2009, p. 252). Para encerrar, o ensaísta faz uma análise sobre as “manifestações da afrodescendência” em *A escravidão na crônica machadiana*, *A afrodescendência no conto machadiano* e *O romance e a morte do senhor*, na qual aponta um escritor pouco compreendido por leitores e, principalmente, por críticos, no que tange às estratégias narrativas utilizadas por ele para criticar o sistema escravocrata, por focarem sua leitura exclusivamente nos contos e nos romances, onde a surgimento do personagem negro acontece de forma menos pontual, e acabarem minimizando a sua extensa produção de crônicas que, pela publicação em jornais, conseguia alcançar o público de forma mais efetiva:

Os detratores de Machado via de regra baseiam-se na rarefeita presença do negro em seus contos e romances para julgar o homem a partir dos nem sempre bem-compreendidos artifícios do ficcionista. E nisto, pouco atentam para o implacável crítico do regime escravista que se fazia presente onde a palavra do cidadão melhor atingia o público: a crônica jornalística (DUARTE, 2009, p. 253).

Duarte aponta que esse esquecimento das crônicas acaba fortalecendo a visão equivocada de que a obra machadiana se distancia do discurso em favor da Abolição, enquanto afirma que aproximar o público desses textos se faz importante tanto para estabelecer uma melhor compreensão da obra de Machado, em sua totalidade, quanto para vislumbrar os posicionamentos políticos e as ideias expressas pelo escritor:

Noutros momentos da crônica machadiana, pode-se constatar sua crítica à hipocrisia de políticos que, dizendo-se abolicionistas, votavam a favor dos senhores; ou, ainda, após a abolição, seu firme posicionamento contrário à tentativa de estabelecimento por lei de indenização aos proprietários repentinamente desprovidos da mão-de-obra cativa. A leitura das crônicas da escravidão revela como o

escritor usa com maestria os recursos da narrativa romanesca para tratar de assuntos polêmicos em seu tempo, utilizando-se por vezes daquele humor ácido e cortante que caracteriza muitos de seus escritos ficcionais (2009, p. 257).

O ensaísta busca, ainda, aproximar o cidadão Machado de Assis das causas que envolveram a abolição da escravatura ao afirmar que, “enquanto homem de imprensa e sócio de um periódico abolicionista, o escritor deixou registrada sua aversão ao sistema” (DUARTE, 2009, p. 261), visto que não se omitiu sobre a situação social do negro e jamais demonstrou apoio aos escravocratas, como pode ser visto em seus contos mais emblemáticos sobre a escravidão, pois ao produzir “narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista” (DUARTE, 2009, p. 262).

O livro *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei* foi organizado por Gustavo Bernardo, Joachim Michael e Markus Schäffauer e publicado em 2010. É composto pela *Introdução*, escrita pelos organizadores, acrescida de uma coletânea com 11 ensaios, expostos nas Conferências do Colóquio de Hamburgo, dedicados inteiramente à análise crítica sobre o tema “Machado de Assis e a escravidão”. O evento foi realizado nos dias 03 e 04 de dezembro de 2008 na Universidade de Hamburg, Alemanha, como parte das comemorações pelo centenário da morte do escritor, com o propósito de “discutir um aspecto da sua obra ao mesmo tempo controvertido e pouco estudado” (BERNARDO; MICHAEL; SCHÄFFAUER, 2010, p. 7).

No primeiro ensaio, *Memórias Póstumas da Escravidão*, Eduardo de Assis Duarte faz uma abordagem acerca da crítica ao sistema escravocrata dos romances machadianos, partindo da “premissa de que tal olhar se faz presente na trajetória autoral desde os primeiros escritos” (DUARTE, 2010, p. 13). O autor lança mão do texto *Instinto de Nacionalidade* para lembrar a maneira como Machado de Assis indica os rumos da crítica literária enquanto critica o nacionalismo ornamental, indica, também, alguns teóricos que buscaram retratar um Machado com um “perfil grego”, remontando às tentativas de branqueamento do escritor, e aqueles que insistem em classificá-lo como omisso.

Duarte também faz apontamentos de estudiosos como Magalhães Júnior, John Gledson e Sidney Chalhoub que utilizaram suas pesquisas para aproximar o escritor dos problemas sociais de seu tempo, especialmente a escravidão, e encerra o ensaio com reflexões sobre o tema em *Na memória da escravidão, a morte do senhor*, no qual aborda a relação dissimulada entre senhores e escravos nos romances de *Ressurreição* e *A mão e a luva* a *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*, perpassando por *Helena*, *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

No segundo ensaio, *Os inícios da economia escravocrata na América*, Peter Martin faz uma análise que busca elucidar “a origem e o caráter da economia baseada na escravidão negra nas colônias hispânicas na América” (MARTIN, 2010, p. 27) que parte de um modelo econômico baseado na exploração, visando exclusivamente o lucro. O autor trata dos escravos negros na Europa, do fracasso das tentativas de implantar um modelo de colonização com camponeses livres, do genocídio das tribos indígenas e do estabelecimento do modelo de escravidão europeia, baseada no trabalho forçado de pessoas negras.

No terceiro ensaio, *Machado de Assis e o século negro*, Joachim Michael aborda a problemática da escravidão no Brasil do século XIX. O autor lança mão das indicações propostas por Eduardo de Assis Duarte e Sidney Chalhoub para fundamentar a ideia de que nos romances *Quincas Borba*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro* “não se encontra somente a superestrutura das relações sociais – o tecido das dependências – senão também sua própria base – a escravidão” (MICHAEL, 2010, p. 63).

No quarto ensaio, *Realismo, ceticismo e escravidão: o caso Machado de Assis*, Gustavo Bernardo Krause faz uma abordagem acerca do esquecimento de Machado de Assis causado por seu branqueamento ao considerá-lo “ora romântico ora realista” e pela negligência de sua condição de homem “negro, gago e epilético”, equívoco cometido, também, por Alfredo Bosi em sua *História Concisa da Literatura Brasileira* quando afirma que o ponto alto da prosa realista brasileira está na obra machadiana.

No quinto ensaio, *A desconstrução de estereótipos na obra de Machado de Assis: a questão da escravidão*, Eduardo de Faria Coutinho faz uma análise acerca do

posicionamento de alguns críticos que qualificavam Machado de Assis e sua obra a partir de estereótipos e o fato de a reavaliação destes discursos ter levado muitos a caírem por terra, como é o caso do discurso que o tratava como “um homem alheio ao seu tempo, indiferente às questões sociais que o cercavam, ou do que o via como um pessimista inabalável que encarava a vida apenas por um viés negativo” (COUTINHO, 2010, p. 93).

Coutinho ainda faz uma análise dos aspectos da escravidão e da condição do negro na obra machadiana ao esmiuçar o conto *Mariana* (1871), que classifica como um “relato cruel, marcado com tintas amargas, que retratam, melhor do que qualquer defesa explícita do abolicionismo, os efeitos da escravidão no cotidiano da vida das famílias” (COUTINHO, 2010, p. 97) e uma análise do conto *Pai contra mãe*, na qual afirma que “nessa obra, condensada, enxuta e marcada por um tom intencionalmente trágico, Machado constrói talvez o seu maior libelo contra a escravidão, colocando frente a frente um pai e uma mãe que lutam ardentemente pela sobrevivência de seus filhos” (COUTINHO, 2010, p. 98).

No sexto ensaio, *Tomando liberdades: o escravo “fora do lugar”*, Ingrid Hapke faz uma análise dos contos *Mariana* (1871) e *O espelho: esboço de uma teoria da alma humana* (1882) considerando a representação do escravo nesses textos e a forma como ocorre a contextualização da escravidão, partindo do pressuposto de que Machado de Assis “reflete sobre a sociedade brasileira do século XIX expondo as crises e os conflitos, enquanto usa as habilidades de contextualização da ficção para aproximar as suas ideias de um público variado” (HAPKE, 2010, p. 101).

A autora baseia-se no texto *As ideias fora do lugar*, de Roberto Schwarz, para fundamentar seu posicionamento ao afirmar que “os contos de Machado de Assis não enquadram o escravo nem nos estereótipos dos negros que a crítica literária traça, nem no lugar social que a historiografia da escravidão, em muitos casos, reservou para eles como vítimas e entes passivos” (HAPKE, 2010, p. 102), para então partir para as análises: *A escrava fora do lugar: Mariana* e *Os escravos fora do lugar: “O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”* e finalizar com *Tomando liberdades*, no qual afirma que Machado utilizou uma estética capaz de restaurar a

dignidade do escravo, dado que não permitia que o mesmo fosse visto apenas como vítima do sistema.

No sétimo ensaio, *Amor e morte: uma comparação dos contos “Pai contra mãe” e “Mariana”*, Leda Marana Bim propõe a leitura e a comparação dos dois contos visando como “o amor e a escravidão podem ser interpretados e abordados no período escravocrata brasileiro” (BIM, 2010, p. 115), bem como os aspectos socioculturais do período. Para tanto, a autora analisa as diferentes formas de violência e segregação social às quais os escravos eram submetidos, a presença do amor (de uma escrava por seu senhor e de um pai por seu filho) e da morte (o suicídio da escrava e do aborto da escrava capturada). Bim salienta que a comparação do amor nos dois contos permite “observar que tanto Cândido como Mariana são levados pelos sentimentos a ponto de se mostrarem dispostos a cometerem atos cruéis, como forma de diminuir o sofrimento de perda” (BIM, 2010, p. 122).

No oitavo ensaio, *A borboleta preta e os olhos de ressaca*, Markus Klaus Schöffauer retrata um ponto de vista acerca do lugar ocupado pela escravidão na obra machadiana e por essa parecer fora do “lugar central que a crítica do embranquecimento desejaria que tivesse” (SCHÄFFAUER, 2010, p. 126), enquanto busca esclarecer que

Para compreender melhor o lugar dos escravos na obra machadiana, precisamos formular uma hipótese paradoxal: na obra de Machado os escravos quase ausentes se tornam quase onipresentes na mentalidade da sociedade escravista que retrata. A escravidão à margem em verdade está, mas de forma muito sutil, no centro da narrativa machadiana, devido à mentalidade escravista que se manifesta tanto nos escravos quanto nos amos e nos agregados, independentemente da cor da pele (SCHÄFFAUER, 2010, p. 126).

Após essa reflexão inicial acerca do lugar do negro na obra machadiana, Schöffauer faz uma análise do capítulo XXXI de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, intitulado “A borboleta preta”, buscando destacar os possíveis significados exercidos pela cor preta, desde a borboleta até os olhos pretos de Eugênia, iniciando a análise acerca dos olhos de ressaca, cigana oblíqua e dissimulada de Capitu.

No nono ensaio, *Escravidão e abolição em Memorial de Aires e o “O caso da vara”*, Dennis Tauscher aborda como Machado de Assis expôs aspectos do treze de maio no romance *Memorial de Aires* e da escravidão no conto “O caso da vara”. Ele afirma que o romance trata de abolição e o conto trata de escravidão e suas dependências e que “ambas as obras mostram as repercussões da escravidão na vida diária das pessoas e a forma como o povo brasileiro foi atingido e envolvido em facetas distintas” (TAUSCHER, 2010, p. 135).

Tauscher afirma que os “contos machadianos concentram-se [...] nas consequências da escravidão e na interação entre pessoas livres e escravos” e que Machado de Assis busca apontar “as crueldades na convivência com os senhores, como no texto “O caso da vara”, no qual destaca a falsidade das pessoas que querem exibir uma igualdade que na realidade não existia” (TAUSCHER, 2010, p. 142), a fim de mostrar “como a escravidão transformou a sociedade brasileira e como não somente os escravos, mas também outras pessoas eram afetadas” (TAUSCHER, 2010, p. 144).

No décimo ensaio, *O escravo e o protegido: percepção do trabalho servil em “Virginus”*, Natascha Machado Krech analisa o conto *Virginus – narrativa de um advogado* com base na investigação da “complexidade dos termos ‘escravo’, ‘servo’ e ‘agregado’ e as acepções a eles emprestadas pelas diferentes personagens da narrativa” (KRECH, 2010, p. 147), a fim de mostrar a postura de alguns personagens defronte do que ela denomina como “elemento servil”.

No décimo primeiro e último ensaio do livro, *A vida literária de Machado de Assis e o negro em seu tempo*, Aauri Bastos afirma que Machado demonstrou sua aversão ao regime “de maneira variada, em função do gênero adotado: o cronista combateu e o ficcionista ironizou o fato de parte da humanidade se arvorar em dona dos semelhantes, tanto quanto o poeta produziu versos frontalmente contrários a tamanha aberração” (BASTOS, 2010, p. 166).

Perpassando os apontamentos expostos nesses estudos fica claro que o discurso crítico que busca classificar Machado de Assis, homem e escritor, como indiferente a respeito da situação do negro é equivocada, afinal as discussões levantadas pelos estudiosos citados anteriormente destacam a presença dos personagens negros ao

longo da obra machadiana e evidenciam o posicionamento crítico do escritor diante da instituição da escravidão.

Os capítulos que se seguem buscam aprofundar a análise das relações estabelecidas pelas personagens femininas negras, em situação de privação da liberdade ou de dependência com seus senhores nos contos *Virginus: narrativa de um advogado*, *Mariana*, *O caso da vara* e *Pai contra mãe* e analisar as estratégias narrativas nas séries *Bons Dias!* e *A semana*, para criticar a sociedade, a escravidão e o processo abolicionista, a fim de destacar o discurso machadiano contrário ao sistema escravocrata.

2 VIOLÊNCIA COMO FORMA DE DOMINAÇÃO SENHORIAL: A MULHER NEGRA NO CONTO MACHADIANO

A aparição do negro na literatura brasileira ocorre de forma discreta, normalmente, através de personagens construídos a partir de estereótipos, como a sensualidade feminina exacerbada, e de preconceitos, como a associação da figura do negro com o trabalho braçal, criados pela cultura escravagista. Esses fatores estabeleceram que o negro não se destacasse enquanto autor de histórias, mas como personagem ou tema delas. Com isso, os personagens negros acabaram por ocupar um “lugar menor na literatura brasileira. Na prosa, é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de coadjuvante ou, mais acentuadamente no caso dos homens, de vilão” (DUARTE, 2013, p. 147).

No caso das mulheres, as personagens negras na condição de personagens principais podem ser vistas com maior frequência no percurso da literatura brasileira, porém a forma como esse destaque acontece é que chama a atenção, devido ao fato de o mesmo surgir

[...] marcado, em muitos casos, pela permanência, na ante cena textual, do mesmo projeto de desumanização que subjaz à estereotipia. Ele se manifesta em construções que ressaltam, por exemplo, a sensualidade e a disponibilidade para o sexo sem compromissos ou consequências, novamente de acordo com imagens sociais determinadas *a priori*, como a da “mulata assanhada” entre outras. Enquanto forma de aprisionamento social e cultural, o estereótipo petrifica as identidades em figurações de face única, ralas e carregadas de univocidade (DUARTE, 2013, p. 147).

Na contramão dessas personagens femininas, construídas a partir do estereótipo da negra que exala intensa sensualidade e se torna irresistível ao homem branco, encontram-se as personagens negras machadianas presentes em seus contos através da representação de mulheres, em condição de escravidão, liberdade e dependência, que são construídas em torno de suas personalidades e condições sociais, visando ressaltar os sofrimentos sentidos por elas, normalmente ocasionados pelo uso da violência pelo senhor, devido a sua inserção em um contexto social marcado pelo patriarcalismo, pela instituição da escravidão e pela segregação do

negro. Sendo assim, é possível perceber nas personagens Elisa, Mariana, Lucrecia e Arminda “o ser humano e sua interioridade psicológica e moral. O escravo, antes de sua condição servil, era um ser humano; e assim Machado o via e o retratava em sua obra” (TRÍPOLI, 2008, p. 2).

2.1 *Virginius*: narrativa de um advogado

O conto *Virginius: narrativa de um advogado* tem início quando um prestigioso advogado recebe um bilhete, sem assinatura, solicitando seus serviços em outra cidade para a defesa de um réu chamado Julião. Apesar de não ter reconhecido a letra e não ter sido informado de mais detalhes sobre o caso, ele decide aceitar e, após oito dias, se dirige à cidade em um cavalo fornecido pelo contratante misterioso. Ao chegar, decide passar na casa de um amigo da faculdade que lê o bilhete e diz que a letra pertence a alguém conhecido como *Pai de todos*, um fazendeiro chamado Pio que, devido a sua caridade, recebe a admiração de todos nas redondezas.

No dia seguinte, o advogado vai à cadeia para ouvir a versão de seu cliente e, se surpreende ao descobrir que Julião havia matado Elisa, sua filha, com duas fortes punhaladas no peito, na tentativa de evitar que o jovem Carlos, filho do *Pai de todos*, tirasse a honra da moça. Confuso sobre como agir nessa situação, o advogado vai até Pio a fim de conseguir mais informações sobre o caso, afinal o velho homem era o responsável pelo pagamento da defesa do réu. Durante a conversa, Pio revela que enviara seu filho para ser soldado em um batalhão de linha de frente, como um castigo honroso, por ter causado a morte da jovem.

Após o estabelecimento do júri e concluídas todas as etapas do julgamento, Julião pega uma pena de dez anos de prisão pelo assassinato da filha. O advogado encerra os escritos de suas lembranças afirmando que, após cumprir sua pena, Julião acaba retornando para a fazenda de Pio, onde vive, e que agora esses dois pais que outrora realizaram os funerais de seus filhos estão ligados pela infelicidade e que mesmo passado tanto tempo, ambos oram, semanalmente, ao pé da urna que contém as cinzas da amada Elisa.

Na conversa que tem com seu advogado, Julião descreve a filha como a “mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 738). A descrição feita pelo pai revela que tanto o pai quanto a filha pertencem a uma classe social diferente de Carlos e de seu pai Pio, devido à cor da pele, afinal, segundo o narrador, a história se passa em meio a um turbulento São João em algum momento da década de 1850, ou seja, em plena vigência da escravatura em solo brasileiro.

Mesmo inseridos no contexto da escravidão, Elisa e o pai vivem tranquilamente em um sítio, próximo à fazenda de Pio, que haviam recebido do *Pai de todos*. Aparentemente, o fazendeiro não se mostra adepto da escravidão, mantendo em suas terras um sistema de colaboração, no qual todos realizam tarefas determinadas e a cada ano alguns escravos almejam a liberdade definitiva, como explica o amigo ao advogado:

[...] Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados. Nenhum dos instrumentos de ignomínia que por aí se aplicam para corrigi-los existe na fazenda de Pio. Culpa capital ninguém comete entre os negros da fazenda; a alguma falta venial que haja, Pio aplica apenas uma repreensão tão cordial e tão amiga, que acaba por fazer chorar o delinquente. Ouve mais: Pio estabeleceu entre os seus escravos uma espécie de concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos. Acreditarás tu que lhes é indiferente viver livres ou escravos na fazenda, e que esse estímulo não decide nenhum deles, sendo que, por natural impulso, todos se portam dignos de elogios? (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 736).

Devido às condições de vida na fazenda de Pio, Carlos e Elisa crescem juntos e, por ser apenas três anos mais velho que ela, os dois estavam “[...] quase sempre juntos, naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições. Estimavam-se deveras, a ponto de sentirem profundamente quando foi necessário a Carlos ir cursar as primeiras aulas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 738). Porém, anos mais tarde, ao retornar da cidade formado bacharel, Carlos havia se transformado, após manter contato com a sociedade fora da fazenda, deixando claro que um enorme “[...] abismo separava o filho do protetor da filha do protegido” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 738).

Pensando na figura de Pio, todos esperavam que seu filho, Carlos, se tornasse um homem justo como o pai. Mas, após anos afastado do estilo de vida da fazenda e estando inserido no contexto de uma sociedade escravocrata, ele acaba revelando seu lado dominador ao intimidar a jovem Elisa e não aceitar bem a recusa:

— Meu pai, o que tenho é simples. O senhor Carlos, em quem comecei a notar mais amizade que ao princípio, declarou-me hoje que gostava de mim, que eu devia ser dele, que só ele me poderia dar tudo quanto eu desejasse, e muitas outras coisas que eu nem pude ouvir, tal foi o espanto com que ouvi as suas primeiras palavras. Declarei-lhe que não pensasse coisas tais. Insistiu; repeli-o... Então, tomando um ar carrancudo, saiu, dizendo-me:

— Hás de ser minha! (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 739).

O discurso de Carlos, “hás de ser minha”, expõe seu pensamento acerca do lugar da mulher negra na sociedade, explicitado pela aspiração de cunho sexual por Elisa, a quem vê como uma posse devido ao fato de ser filha de um agregado de seu pai. Indignado com a rejeição sofrida, ele “sente seu desejo sexual crescer, o que o faz esquecer por completo de sua antiga índole, já enfraquecida pela vivência na cidade. Passa a ver a antiga amiga querida, Elisa, como mera subordinada, da qual pode usufruir como bem quiser” (KRECH, 2010, p. 153).

Desprezado, o jovem decide utilizar da violência física como forma de dominá-la e determina a invasão da casa de Julião, acompanhado de quatro capangas, com a intenção de estuprar a jovem Elisa:

Uma tarde [...] voltava Julião da fazenda do velho Pio. Era já perto da noite. [...] Quando se achava mais perto, ouviu uns gritos sufocados. Deitou a correr e penetrou no terreiro que circundava a casa. Todas as janelas estavam fechadas; mas os gritos continuavam cada vez mais angustiosos. [...] mas os gritos eram muitos, e de sua filha. Com uma força difícil de crer em corpo tão pouco robusto, conseguiu abrir uma das janelas. Saltou, e eis o que viu:

A parenta que convidara a tomar conta da casa estava no chão, atada, amordaçada, exausta. Uma cadeira quebrada, outras em desordem.

— Minha filha! — exclamou ele.

E atirou-se para o interior.

Elisa debatia-se nos braços de Carlos, mas já sem forças nem esperanças de obter misericórdia.

[...] Julião teve tempo de arrancar Elisa dos braços de Carlos. Cego de raiva, travou de uma cadeira e ia atirar-lha, quando os capangas, entrados a este tempo, o detiveram (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 740).

A figura violenta de Carlos exprime a postura do homem branco em seu papel de dominação através do uso da força e da violência, muito comum na época, que não se incomoda em subjugar o outro a partir da condição social de inferioridade e, principalmente, pela cor de sua pele. O fato de Elisa ser uma mulher negra pertencente a uma camada social inferior a transforma em obsessão sexual para o rapaz. Esse comportamento de Carlos permite que o medo da desonra estabelecido entre pai e filha culmine em tragédia:

Julião tinha os braços atados; mas podia mover, ainda um pouco, as mãos. Procurou afagar Elisa, tocando-lhe as faces e beijando-lhe a cabeça. Ela inclinou-se e escondeu o rosto no peito de seu pai. A sentinela não dava fé do que se passava. Depois de alguns minutos do abraço de Elisa e Julião, ouviu-se um grito agudíssimo. A sentinela correu aos dois. Elisa caíra completamente, banhada em sangue. Julião tinha procurado a custo apoderar-se de uma faca de caça deixada por Carlos sobre uma cadeira. Apenas o conseguiu, cravou-a no peito de Elisa. Quando a sentinela correu para ele, não teve tempo de evitar o segundo golpe, com que Julião tornou mais profunda e mortal a primeira ferida. Elisa rolou no chão nas últimas convulsões.
— Assassino! — clamou a sentinela.
— Salvador!... salvei minha filha da desonra! (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 741).

Carlos permaneceu indiferente ao que havia acontecido com Elisa e, logo, tratou de assumir o controle da situação, uma vez que buscava afirmar ser o detentor do poder:

Não tardou que entrasse Carlos, acompanhado de uma autoridade policial e vários soldados. Saindo da casa de Julião, teve a ideia danada de ir declarar à autoridade que o velho lavrador tentara contra a vida dele, razão por que teve de lutar, e conseguira deixá-lo amarrado. (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 741).

Os traços violentos que integram a relação entre Carlos, Elisa e Julião estão postos, no conto, de forma que o leitor consegue identificar “a representação da crueldade inerente às relações interétnicas no século XIX” (DUARTE, 2009, p. 262). Essas marcas do uso da força, do branco para com o negro, embasada pela violência física, surgem para afirmar o lugar do negro e do escravo na sociedade oitocentista, independentemente do fato de Elisa e Julião se tratarem de pessoas livres, afinal ambos estão inseridos no contexto da dependência, no qual impera o sistema patriarcal acostumado a um estilo de vida proporcionado pela exploração do outro.

2.2 Mariana

O conto *Mariana* tem como protagonista uma mulher negra e escrava, homônima ao título, que vive na casa de seus senhores e que costuma receber um tratamento diferenciado dos demais escravos da família, pois sabe ler, escrever, costurar e falar francês. Certo dia, Coutinho, jovem integrante da família e um dos senhores de Mariana, reencontra Macedo, velho amigo que retorna ao país após viver na Europa durante quinze anos, e se reúne com ele e mais dois amigos do passado para um almoço. Durante a reunião, Coutinho assume a narração e decide contar aos amigos a história do amor que a jovem escrava nutriu por ele, deixando os mesmos espantados ao revelar que nunca se sentiu tão amado por uma mulher, nem mesmo por sua prima e antiga noiva, como por essa moça tida por eles como uma “cria da casa”.

Coutinho enfatiza que ao se apaixonar por ele e perceber que tal amor seria impossível de se concretizar, dado que o jovem era branco e estava noivo de Amélia, Mariana decide ir embora de casa pela primeira vez, causando irritação na família e fazendo com que o jovem fique encarregado de encontrá-la e levá-la de volta. Pouco tempo depois, ela vai embora de casa novamente, causando indignação na família que passa a considerá-la uma ingrata. Mais uma vez, Coutinho fica encarregado de encontrá-la, o que acontece ocasionalmente dias após seu desaparecimento. Ante a ordem de retorno e consciente de que a situação de escrava a impossibilitaria de viver o amor, Mariana decide tirar a própria vida ao beber um frasco de veneno que levava escondido na roupa e que guardava para o dia do casamento do rapaz.

Ao ganhar voz na narrativa do amigo Macedo, Coutinho faz uso de seu discurso para caracterizar sua família como extremamente benevolente na descrição que faz de Mariana: “[...] era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 980). No entanto, acaba por deixar transparecer o enorme abismo social estabelecido entre senhores e escravos quando afirma: “Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais

era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 980).

Através desse discurso, Coutinho enfatiza que o lugar de Mariana, da mulher negra e escrava, é aquele fora da mesa de jantar e longe das visitas, evidenciando a existência de um enorme distanciamento entre a classe social composta por senhores e aquela composta por negros e escravos. Essa é uma forte característica da relação de poder utilizada pela sua família, uma vez que a superioridade do branco sempre necessitou da afirmação de seu poder a partir da negação da condição de igualdade ao negro, partindo daí a necessidade do jovem de afirmar que a moça era tratada “como se fosse pessoa livre” e que recebia “certa afeição fraternal”, a fim de confirmar sua eterna condição de pessoa quase livre e quase amada, afinal a sensação de plenitude era destinada apenas aos brancos.

Além da privação da liberdade e da negação da condição de igualdade, a jovem precisa lidar com a exigência contínua de exprimir sua gratidão aos senhores: “Mariana possuía a inteligência da situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada. Compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 980). A certeza de não poder abusar da atenção e cuidados recebidos consiste em evitar punições provenientes da ingratidão, colocando a escrava num lugar subalterno em uma sociedade pautada pela busca do reconhecimento de sua bondade, mas que não hesita em desfrutar da subsistência proporcionada através da exploração do outro.

Sidney Chalhoub afirma que “a ideologia paternalista dos senhores e as relações de dependência provocam situações de violência e humilhação” que despertam em dependentes, como Mariana, a certeza de que “não há perspectivas e que serão sempre lembrados de sua situação de inferioridade social”, uma vez que o enredo do conto leva “à imbricação entre escravidão e “liberdade” em situação de dependência, mostrando que havia uma e somente uma lógica hegemônica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais” (CHALHOUB, 2003, p. 134).

Diante desse cenário, é possível afirmar que a ideia de aproximar o escravo da liberdade não se fazia presente nos discursos e pensamentos dos componentes de uma sociedade predominantemente patriarcal e escravocrata:

A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços e dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda (CHALHOUB, 2003, p. 135).

A relação de dependência entre senhores e escravos e sua capacidade de provocar situações de violência e humilhação ao dependente ficam evidentes no momento em que “ao mostrar desenvoltura e sentimentos próprios, impróprios na visão dos senhores, Mariana, torna-se [...] escrava fugida e capturada, e presa potencial da rapacidade sexual do senhor moço e até do tio João Luís, pai de Amélia, sempre interessado em colocar aquela ‘flor peregrina’ sob sua ‘proteção’” (CHALHOUB, 2003, p. 135).

Sua posição de inferioridade na sociedade permitiu que tio e sobrinho a enxergassem como objeto sexual, condição a qual muitas mulheres negras, especialmente as escravas, eram frequentemente submetidas. O interesse sexual do sobrinho fica explícito na afirmação:

[...] entrei a olhar para ela com outros olhos. A rapariga tornara-se interessante para mim, e qualquer que seja a condição de uma mulher, há sempre dentro de nós um fundo de vaidade que se lisonjeia com a afeição que ela nos vote. Além disto, surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 984).

A afirmação de Coutinho revela que é possível perceber que “a razão, já impregnada das ideias de liberdade individual, condena que ele se aproprie sexualmente da escrava, embora pelo costume da sociedade brasileira a apropriação sexual representasse tão-somente a continuação lógica do cativo” (HAPKE, 2010, p. 105). Outro momento que destaca o interesse nutrido por Coutinho pela escrava está exposto na descrição que ele faz da moça, mesmo passados muitos anos entre o fato e seu resgate memorialístico:

Como tinha inteligência natural, todas estas coisas lhe foram fáceis. O desenvolvimento do seu espírito não prejudicava o desenvolvimento de seus encantos. Mariana aos dezoito anos era o tipo mais completo de sua raça. Sentia-se-lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora. É impossível que eu esteja a idealizar esta criatura que há tanto me desapareceu dos olhos; mas não estarei muito longe da verdade (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 980).

O fato de Mariana estar sujeita aos abusos proporcionados pelas relações com seus senhores, num ambiente que rechaça todos os direitos aos negros, acaba contribuindo para ela se apaixonar pelo senhorzinho, alcançando o ponto de não conseguir disfarçar sua tristeza com a confirmação do noivado dele com a prima e fazendo com que Josefa, irmã do rapaz, desconfie que essa profunda tristeza da jovem seja fruto de algum namoro. Tal ideia faz com que Coutinho deixe claro seu posicionamento sobre o lugar da mulher negra, explicitando a dimensão da desigualdade social da época ao afirmar que ela só poderia estar envolvida com o copeiro ou o cocheiro por ocuparem posição semelhante na sociedade, pois “tais sentimentos contrastavam com a fatalidade da sua condição social” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 983) subalterna e limitadora.

O narrador afirma que a impossibilidade de viver o amor e com a proximidade do casamento do rapaz, Mariana decide sair de casa, causando consternação e indignação em seus senhores que passam a vê-la como uma escrava ingrata. O posicionamento da família busca afirmar seu poder de dominação, especialmente, quando Coutinho sugere que todos os esforços necessários deveriam ser feitos para “capturá-la, e uma vez restituída à casa, colocá-la na situação verdadeira do cativo” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 984), deixando evidente a intenção de restituir uma posse da família e a necessidade de demonstrar esse poder através dos castigos físicos.

Após encontrar Mariana, o jovem prontamente procura lembrá-la de sua subalternidade: “[...] mas por que saíste de casa, onde eras tão bem tratada, e donde não tinhas o direito de sair, porque és cativa?”. A resposta da escrava, de que saiu porque sofria muito, causa indignação no jovem que busca impor sua autoridade: “[...]”

hás de voltar já, e já, para casa. Sofrerás as consequências da tua ingratidão. Vamos...” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 985).

Após retornar a casa, Coutinho muda de postura e age como defensor de Mariana diante da fúria de sua mãe. No dia seguinte, Mariana surge com os olhos inchados de choro e seu aparente sofrimento causa satisfação no jovem: “a situação da pobre rapariga interessara-me bastante, que era natural, sendo eu a causa indireta daquela dor profunda” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 986). Passados alguns dias desde seu retorno, Mariana volta a sair de casa, quatro dias antes do casamento do jovem. A notícia, dada em meio às comemorações do natal, desperta um sentimento de indignação na família: “este segundo ato de rebeldia da mulatinha produziu furiosa impressão em todos. Da primeira vez houve alguma mágoa e saudade de mistura com a indignação. Desta vez houve indignação apenas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 987).

Novamente, Coutinho fica incumbido de ir atrás da escrava, contudo, fica claro que dessa vez ela não escaparia da punição devido à indignação da família: “ficou assentado que se procuraria a fugitiva e se lhe daria o castigo competente. Deixei que esse movimento de cólera se consumasse, e levantei-me para ir procurar Mariana” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 987). Alguns dias depois, ocasionalmente, ele a encontra em um hotel e a jovem se lança em seus braços, mas o rapaz logo esclarece a situação ao lembrá-la de sua condição: “Não venho aqui para receber-te abraços [...] venho pela segunda vez buscar-te para casa, donde pela segunda vez fugiste” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 988).

O aparente sofrimento que sua fala causa em Mariana faz o rapaz justificar sua ação, mas acaba deixando transparecer a frieza com que o homem branco age com a percepção de humanidade no negro:

A palavra *fugiste* escapou-me dos lábios; todavia, não lhe dei importância senão quando vi a impressão que ela produziu em Mariana. Confesso que devera ter alguma caridade mais; mas eu queria conciliar os meus sentimentos com os meus deveres, e não fazer com que a mulher não se esquecesse de que era escrava. Mariana parecia disposta a sofrer tudo dos outros, contanto que obtivesse a minha compaixão. Compaixão tinha-lhe eu; mas não lho

manifestava, e era esse todo o mal (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 988).

Ao deparar-se, mais uma vez, com a confirmação de sua situação de cativa, a partir do sentimento de propriedade provocado pela palavra “fugiste”, Mariana decide que não há outra saída para a situação diferente da morte, afinal,

[...] nessas condições, nunca deixaria de ser escrava de uma família, a ponto de anulá-la como ser humano com vontades próprias, tornando-se mais uma vítima sem perspectivas de mudança de sua situação de inferioridade na sociedade. O escravo não estava ali para amar ou demonstrar qualquer sentimento, mas sim a fim de funcionar como uma máquina de trabalho [...] (BIM, 2010, p. 119).

Perante a decisão tomada, Coutinho tenta persuadir Mariana a desistir da fuga para voltar com ele, mas a moça permanece resoluta dizendo estar disposta a tudo e fazendo com que o rapaz suspeite de sua verdadeira intenção e a questione se estaria disposta até mesmo a tirar a própria vida, no que ela esclarece: “[...] confesso-lhe até que a minha intenção era morrer na hora do seu casamento, a fim de que fôssemos ambos felizes, nhonhô casando-se, eu morrendo” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 988). A situação leva a jovem escrava a cometer suicídio ingerindo o veneno que carregava consigo.

A forma dramática como ocorre a morte de Mariana, segundo Coutinho, provoca raiva na mãe do rapaz que só aceita conceder o perdão póstumo após ouvir do filho aquele que seria o verdadeiro motivo que levou a moça ao ato desesperado. Essa revolta gerada pelo suicídio de uma escrava nada mais é do que a certeza de que “ao tomar a decisão de suicidar-se, ela livra-se da ditadura senhorial e decide por sua vida ou morte, levando ao extremo a morte social que ela sofre numa sociedade que não a quer reconhecer como indivíduo com vontade própria” (HAPKE, 2010, p. 106).

Coutinho encerra sua narração reafirmando aos amigos que nenhuma mulher o havia amado mais do que a jovem escrava Mariana. Seu amigo Macedo retoma a narração afirmando que todos ouviram com tristeza as palavras proferidas pelo amigo, mas que logo trataram de sair para se divertir: “[...] daí a pouco saíamos pela rua do Ouvidor fora, examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse

respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 989).

Para Eduardo de Assis Duarte, Machado de Assis utiliza o “artifício narrativo [...] de dissimular seu posicionamento, dando a palavra ao homem branco, para que ele mesmo se exponha e torne explícita a insensibilidade e o descaso com que trata os afrodescendentes” (DUARTE, 2009, p. 264). O que, para ele, viria a se tornar umas das “marcas registradas” do escritor, pois além da ironia vista ao longo do conto também pode ser identificado o “tom absolutamente sarcástico com que o mesmo se encerra e que revela o distanciamento do autor em relação ao discurso burguês *bon vivant* encarregado da narração” (DUARTE, 2009, p. 264), pois isso se dá através do uso da narrativa em primeira pessoa que “confere ao texto um sentido de relato de experiência”, posto que representa o posicionamento da classe dominante da época que não hesita em desmerecer o sofrimento de uma escrava que tira a própria vida por amor ao dar mais importância aos pés de algumas senhoras que descem de carros na rua.

2.3 O caso da vara

O conto *O caso da vara* tem início com a fuga do jovem Damião que até então se encontrava no seminário para se tornar padre. Depois de fugir, o menino não sabe para onde ir, uma vez que não pode voltar para casa, pois seu pai o mandaria imediatamente de volta para o seminário. Sabendo da relação de proximidade que Sinhá Rita mantém com seu padrinho João Carneiro, Damião decide ir até a casa dela para pedir ajuda. Inicialmente, Sinhá Rita afirma não poder ajudar, mas acaba sendo persuadida por ele e resolve apadrinhá-lo. Ela convoca o padrinho de Damião e exige que ele resolva a situação do menino junto ao pai, informando-lhe que o mesmo não voltaria ao seminário por não ter vocação.

Enquanto esperam por notícias de João Carneiro, Sinhá Rita e Damião recebem a visita de suas vizinhas, que costumam frequentar sua casa diariamente. Durante a conversa, a dona da casa pede que Damião conte uma anedota para as convidadas,

a mesma que havia contado para ela mais cedo, fazendo com que uma das escravas, chamada Lucrecia, parasse seu trabalho de agulha para rir, sendo repreendida e ameaçada por Sinhá Rita e fazendo com que Damião se sinta culpado e prometa, para si mesmo, apadrinhar a menina pra evitar que ela sofra punições provenientes do possível atraso na entrega do trabalho.

Após receber notícias de João Carneiro de que não havia nada definido, Sinhá Rita pede que as escravas entreguem os trabalhos de agulha. Ao perceber que Lucrecia não havia finalizado o trabalho, a mulher se enfurece, agarra a menina e decide castigá-la fisicamente com uma vara. Ela pede para Damião lhe entregar a vara, enquanto segura a menina com firmeza, o menino fica indeciso enquanto escuta as súplicas de Lucrecia, afinal havia prometido apadrinhá-la, porém, diante da necessidade de ser ajudado por Sinhá Rita, ele decide pegar a vara e entregá-la à mulher.

Partindo de uma cena aparentemente comum da sociedade de meados dos anos 1850, o narrador expõe as situações corriqueiras de violência dos senhores para com seus escravos. Um forte indício do uso de violência física pode ser comprovado na passagem utilizada para descrever a menina escrava Lucrecia: “Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. [...] tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 526). A cicatriz na testa indica que a menina já havia sido submetida a episódios de violência física no passado, enquanto a queimadura na mão evidencia a aplicação de um castigo físico recentemente.

Apesar da pouca idade de Lucrecia, sua condição de mulher negra e escrava imersa numa relação de poder permite que ela seja tratada como força de trabalho subserviente à Sinhá Rita, que não hesita em demonstrar seu poder através do controle, afinal nesse conto “a escravidão se mostra mais pelo aspecto cruel da dependência entre os brancos e os escravos, revelando como a sociedade de favores se criou. A obediência é determinada pelo medo e pela submissão” (TAUSCHER, 2010, p. 142):

[...] Dentro de pouco, ambos eles riram, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

— Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume [...] (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 526).

A pequena escrava, desprovida de direitos por pertencer à parcela da sociedade segregada pela cor da pele, torna-se passível da dominação senhorial e das demonstrações de poder pautadas pela força e pelo uso de violência física:

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os; todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

[...] E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar. — Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

— Senhor Damião, dê-me aquela vara, faz favor? (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 528).

Damião não sabe como agir com a iminência do castigo físico de Lucrécia, afinal ele se encontra totalmente inserido nas relações de favorecimento, muito comuns na sociedade brasileira e que Alcides Villaça vai chamar de “apadrinhamento”:

A apresentação do sistema de apadrinhamento e de favores não está, no entanto, completa, como logo nos faz ver o conto. Os “negócios de família”, que a princípio não envolveriam mais que Damião e seu pai, estenderam-se já ao padrinho e à sua amante, todos brancos e livres, cada um enredado de modo muito particular nessa teia de relações pessoais que refere também uma prática social de valores – mas é a entrada em cena da menina Lucrécia que permitirá ao narrador avaliar o quadro familiar e burguês a partir de uma perspectiva ordinariamente escamoteada (VILLAÇA, 2006, p. 26).

Essas relações de favorecimento são retratadas pelo autor através das súplicas que o jovem faz à Sinhá Rita para livrá-lo do seminário e das súplicas que a jovem escrava faz a Damião para que a livre da punição, mas, em sua condição, o jovem não hesita em sobrepujar suas necessidades em detrimento das súplicas de uma escrava:

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

— Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 529).

Machado mostra-se atento às condições sociais de seu tempo, especialmente ao período anterior à abolição da escravatura, ao demonstrar que as situações de violência contra os escravos era prática comum entre as famílias abastadas que compunham os círculos sociais respeitados e frequentavam os ambientes desejados pela elite e que não se importavam com o sofrimento do outro desde que suas necessidades fossem atendidas e priorizadas.

2.4 Pai contra mãe

O conto *Pai contra mãe* tem início com a descrição de alguns aparelhos utilizados pelos senhores para torturar seus escravos, como a máscara de folha de flandres, que tinha a função de tirar o vício da embriaguez, e como o ferro que era atado ao pescoço dos escravos fujões, que se tratava de uma coleira de ferro muito grossa e pesada. Apresenta como protagonista um homem sem profissão definida, chamado Cândido Neves, que opta pelo ofício de capturar escravos fugidos para sustentar a família, composta por ele, a esposa grávida, Clara, e a tia da jovem, Mônica, que a havia criado.

Em razão das dificuldades financeiras, os três acabam sendo despejados da casa onde vivem por falta de pagamento do aluguel e acabam em uma casa emprestada por uma amiga rica de Mônica. Após o nascimento da criança, a situação se complica devido à falta de dinheiro e a família toma a difícil decisão de deixar o bebê na roda dos enjeitados, após muita insistência da tia de Clara. Cândido Neves toma para si a difícil missão de levar o filho para a roda e sai com ele, à noite, pensando em mil maneiras de retornar a casa com o filho ainda nos braços.

Ao se aproximar da roda, Cândido avista na rua um vulto de mulher e constata que é a mulata fugida que vira anteriormente em um anúncio de jornal. Ele corre até uma farmácia próxima e pede para que cuidem do filho até seu retorno. Calmamente se aproxima da mulata, a chama pelo nome e a captura. A mulher entra em desespero e suplica para que seja solta, explica que não pode voltar para casa do senhor porque está grávida. Cândido permanece impassível e leva a fugitiva até a casa do senhor, de quem espera receber a recompensa anunciada. O horror que a figura do senhor causa em Arminda provoca o aborto da criança em meio ao corredor. Cândido, inabalável, recebe o dinheiro, cem mil-réis, pega seu filho na farmácia e parte para casa, consumido pela felicidade.

O uso da violência, especialmente a física, para dominação de seres humanos fica evidente na descrição, logo no início do conto, dos aparelhos utilizados pelos senhores em seus escravos na busca pelo controle do outro. Mesmo com a brutalidade exprimida por tais instrumentos, a sociedade da época parecia não sentir estranheza ou incômodo ao vê-los em uso ou expostos nas fachadas das lojas. Eles eram tão frequentes no dia a dia dessa sociedade que acabaram se tornando comuns:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. [...] Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até o alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pagado (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 621).

A crítica ao sistema escravocrata e aos instrumentos de tortura utilizados contra os escravos se faz notório no uso da palavra “grotesca” para descrever a máscara de folha de flandres e ao afirmar que a ordem social e humana costuma necessitar do “grotesco” e do “cruel” para alcançar êxito. Já a crítica aos abusos físicos infligidos aos negros pode ser identificada na passagem que descreve o uso do ferro ao

pescoço, uma vez que “não eram somente uma forma de aplicar um castigo, como também de evitar que os mesmos escravos fugissem uma segunda vez, já que as correntes deixavam marcas em seu corpo, identificando o escravo que já houvesse fugido” (BIM, 2010, p. 117).

Cândido Neves pertence à camada social inferior devido à condição financeira de sua família e sua situação de dependência para com a tia de sua esposa. Afinal, vive de favor. Mas sua profissão o obriga a representar a figura patriarcal, opressora e dominadora ao fazer uso da força e da violência, especialmente a física, para subjugar negros escravizados em situação de fuga e busca da liberdade, como o caso de Arminda, em favor do bem próprio:

No extremo da rua, quando ela ia descer a de São José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.
— Arminda! — bradou, conforme a nomeava o anúncio.
Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 626).

Ciente de sua captura, Arminda pensa em gritar, pedir ajuda, porém, consciente de sua posição na sociedade, diante de sua condição de negra cativa, logo entende que “ninguém viria libertá-la, ao contrário” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 626). Desesperada, implora para que aquele homem a solte, afirma estar grávida, mas de nada adianta suplicar, pois para ele, assim como para muitas outras pessoas da época, ela não passava de uma propriedade que deveria ser restituída ao senhor de direito.

Arminda implora para ser solta e Cândido Neves deixa transparecer o lado impiedoso do homem inserido em uma sociedade insensível e em geral totalmente alheia aos sentimentos dos escravos, chegando, até mesmo, a negar aos negros o sentimento de humanidade e impondo-lhes a culpa pelos castigos sofridos:

— Me solte!
— Não quero demoras; siga!
Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o

que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites — coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?

— perguntou Cândido Neves (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 627).

Arminda é tomada pelo pavor ao chegar à casa de seu senhor, indicando que ela já havia sofrido vários tipos de abusos anteriormente, como os sexuais e principalmente os castigos de ordem física, como formas de punição por alguma desobediência ou infração, como a fuga lhe proporcionaria:

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 627).

Mesmo com todo o sofrimento de Arminda, o caçador de escravos fugidos não desiste de entregar a negra ao senhor, afinal diante de sua condição miserável e da extrema necessidade de ganhar dinheiro para o sustento de sua família, Cândido Neves, mesmo após presenciar o “desastre”, como chama o narrador, só consegue pensar em tomar o filho nos braços novamente e levá-lo para casa em segurança, restando-lhe apenas o pensamento de que “nem todas as crianças vingam” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 627), Segundo Duarte, essa frase proferida por Cândido, ao final do conto, surge repleta de “trágica ironia, em função de que a morte da criança negra propicia a ‘salvação’ da criança branca, prestes a ser largada na ‘Roda dos expostos’. Para os pais já resignados com a perda, é como se o filho nascesse novamente” (DUARTE, 2009, p. 272).

A respeito das personagens negras no conto machadiano

Entre as personagens analisadas nesses quatro contos, é possível aproximar Lucrecia e Arminda no que tange aos trabalhos forçados e à imposição constante de castigos físicos devido à desobediência às ordens impostas pelo senhor, enquanto a aproximação entre Elisa e Mariana ocorre devido ao fato de ambas sofrerem a maior das violências, a perda da vida, e acabarem, assim, personificando

[...] a subalternidade feminina e afrodescendente punida de modo trágico a partir do momento em que a relação de mando/obediência é afetada pelo desejo ou pela paixão. A violência sofrida pelos corpos de ambas remete ao fosso social existente entre os dois estamentos. Tal fato impede que a união interétnica se processe pacificamente e sem a interferência do preconceito (DUARTE, 2009, p. 264).

Elisa representa a mulher negra que não necessita realizar trabalhos forçados e vive em paz com a família; Mariana representa a mulher negra escravizada que vive na casa dos senhores e que parece exercer a função de dama de companhia; Lucrecia representa a criança escravizada que vive na casa de sua senhora, que é forçada a realizar trabalhos de agulha e que costuma sofrer castigos físicos e Arminda representa a mulher negra e escrava em situação extrema de cativo que realiza trabalhos forçados e que sofre com todos os tipos de abusos, sejam eles físicos ou sexuais.

3 A CRÍTICA NO JORNAL: AS CRÔNICAS DE *BONS DIAS!* E *A SEMANA*

Ao longo de sua produção literária, Machado de Assis escreveu centenas de crônicas, chegando a publicar “umas 475 crônicas na *Gazeta*², mais de três quartos da sua produção total no gênero (mais da metade dessas, por sua vez, pertencem à sua última série, “A semana”, publicada entre 1892 e 1897)” (GLEDSON, 2006, p. 136), nesse grupo também se encaixa a série *Bons Dias!*, publicada entre 1888 e 1889, que teve 48 dos seus 49 textos publicados na *Gazeta de Notícias* e 01 publicado em edição especial da *Imprensa Fluminense*.

O fato de serem publicadas em um periódico diário, e de estarem enquadradas no contexto histórico do final do século XIX, permite inferir que os principais assuntos que permeiam as crônicas das duas séries sofreram uma forte influência dos acontecimentos políticos e das questões sociais que giravam em torno dos dilemas impostos pela escravidão, que eram amplamente conhecidos pelo escritor, afinal,

Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão (CHALHOUB, 2003, p. 138).

O posicionamento político e social que Machado assume acerca das questões envolvendo a escravidão fica claro tanto nos esforços empreendidos por ele em seu trabalho como funcionário público quanto em suas atividades como escritor, nas quais não se eximiu do papel de apontar e criticar aspectos e características de uma sociedade pautada pelo favorecimento da elite, através da exploração do trabalho escravo, e que tanto temia o fim da escravidão. Segundo Trípoli,

A crônica foi outro gênero de produção escrita que Machado de Assis exerceu com a habilidade criativa e crítica que lhe era peculiar. Nelas, encontramos um Machado de Assis irônico e sarcástico, que enfoca diversos estágios do período abolicionista, as manipulações dos

² Trata-se do jornal *Gazeta de Notícias*, fundado por Ferreira de Araújo.

senhores, a violência inerente ao sistema de dominação. Faz isso, ora de forma direta, ora dissimulada, mas preservando um distanciamento crítico e lançando mão de recursos de estilo que lhe eram comuns (2008, p. 2).

Outrossim, Octavio Ianni exprime reflexões, com base nos apontamentos de Raymundo Faoro, sobre a forma como Machado enxerga e trata da questão do abandono ocasionado pela libertação do escravo:

Pode-se mesmo supor, como sugere Faoro, que Machado de Assis via com ceticismo o modo pelo qual o escravo estava sendo libertado. Por antecipação, fazia a crítica do logro em que o negro seria jogado. Foi jogado. O ceticismo essencial de Machado de Assis lhe permitia visualizar o escravo e o livre no contexto da miséria social inerente à sociedade. Para muitos, a alforria poderia significar uma calamidade, quanto às condições de vida e trabalho que teriam de enfrentar. “O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância”. Isto é, “o abolicionismo, ao tempo que entrega ao cativo o próprio destino, prende-o ao salário de fome, com as mesmas humilhações que o escravo consagrava”. Ainda de acordo com Faoro, Machado de Assis “percebe que a libertação do escravo pode ser apenas um bom negócio para o branco e o caminho da miséria para o preto”. (IANNI, 1988, p. 93).

Pensando nisso, as análises das crônicas componentes dessas duas séries pretendem compreender o posicionamento assumido pelo cronista a respeito da situação social tanto do negro escravizado quanto daquele em situação de liberdade, visando às situações de exploração, de violência e de abandono a que eram submetidos cotidianamente.

3.1 Bons Dias!

A série de crônicas *Bons Dias!* conta com 49 textos publicados em jornais entre 05 de abril de 1888 e 29 de agosto de 1889. Desses textos, 48 foram redigidos para o jornal *Gazeta de Notícias* e 01 foi redigido para o “único número da *Imprensa Fluminense*, de 20 e 21 de maio de 1888, uma semana após o fim da escravidão. Para esse periódico contribuíram as figuras mais conhecidas da imprensa carioca” (GLEDSON, 2013, p. 99).

Até 1950, não era de conhecimento público a informação de que as crônicas de *Bons Dias!* eram de autoria de Machado de Assis. Segundo Gledson, o responsável por essa importante descoberta foi o escritor e pesquisador José Galante de Sousa, autor do livro *Bibliografia de Machado de Assis*, lançado em 1955, que “obteve a informação de uma lista de anônimos e pseudônimos, organizada pelo dr. José Alexandre Teixeira de Melo, que se encontra na Biblioteca Nacional” (GLEDSON, 2006, p. 403).

A autoria dos textos foi mantida sob sigilo durante esse longo período de tempo devido ao fato de que todas as crônicas “começavam com a saudação “Bons dias!” e acabavam na despedida (que também funcionava como assinatura/pseudônimo), ‘Boas noites’” (GLEDSON, 2006, p. 134). O anonimato permitiu que Machado de Assis pudesse expressar suas opiniões e seus posicionamentos acerca dos mais variados assuntos, incluindo alguns bastante polêmicos para a época, como a escravidão. Para Gledson

[...] parece claro que Machado ia dizer algumas coisas duras, mesmo sob a capa da ironia, e queria poder dizer essas coisas com uma margem extra de liberdade, sem sofrer consequências mais imediatas. Parece que o disfarce funcionou à perfeição; como vimos, só nos anos 1950 é que se soube que essas crônicas eram de Machado (2006, p. 143).

Partindo do ponto de vista que o cronista utiliza, estrategicamente, a assinatura “Bons dias!” como um pseudônimo para que possa criticar o sistema escravocrata em vigor no país, ao mesmo tempo que aborda assuntos envolvendo a escravidão, a abolição e suas sequelas, como a situação dos negros escravizados e libertos, que serão analisadas as crônicas selecionadas da série, visto que tratar de questões sociais envolvendo pessoas em situação de exploração e abandono é totalmente necessário.

11 de maio de 1888

Publicada a dois dias da assinatura da Lei Áurea, a crônica *11 de maio de 1888* aponta questões como a “transição de um sistema econômico para outro, do trabalho escravo para o trabalho pago; o aluguel dos escravos, antes da Abolição” (GLEDSON, 2013,

p. 92), e a atitude de muitos senhores de escravos que, com a certeza da Abolição, decidiram alforriar seus escravos de maneira “antecipada”, que o autor denomina como o ato das “alforrias em massa”.

No início da crônica, o narrador fala da euforia demonstrada pelo povo através das comemorações pelas ruas da cidade com a proximidade da extinção da escravatura. Para Gledson, Machado deseja “encontrar as razões, o significado que existe por trás do abolicionismo e do seu oposto (“desta coisa ou daquela coisa)” (2003, p. 144):

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 756).

Na sequência, o narrador afirma não ter um posicionamento estabelecido acerca da abolição da escravidão, não por “indiferença”, mas devido à dificuldade em “achar uma opinião” definitiva sobre o assunto, cita também a questão das alforrias em massa que estariam ocorrendo por toda parte, as ditas “alforrias *incondicionais*”, para então adentrar no assunto principal da crônica: as fugas de escravos das fazendas. Acontecimentos que se tornariam um dos principais motivadores para a consolidação da liberdade total em território nacional.

Partindo da questão das fugas em massa de escravos, ele aborda a questão dos escravos fugidos que acabavam sendo alugados por outros fazendeiros para a prestação de serviços nas roças:

Não é novidade para ninguém que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia que acharam salário, e parece que bom salário.

Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros, D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 756).

O cronista faz referência à situação social na qual os escravos estão inseridos e a forma como alguns fazendeiros aproveitam da situação de total desamparo econômico, especialmente dos fugidos, para explorá-los em suas fazendas, enquanto indica sua visão do que está por vir com a iminente chegada da Abolição, afinal muitos dos futuros ex-escravos ficarão abandonados à própria sorte, tendo que sujeitar-se à exploração para sobreviver. John Gledson afirma que

[...] Machado, entre ironias e “pilhérias”, chama a atenção do leitor para algo essencial. A Abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro (2006, p. 156).

Nesse sentido, o cronista opta por alertar o seu leitor acerca da problemática envolvendo o movimento das alforrias em massa por ele representar a mudança de um sistema abusivo para outro semelhante. Consequentemente, é possível perceber que somente a assinatura da Lei da Abolição não seria suficiente para garantir a extinção imediata do processo de exploração de pessoas, pois ela acabaria possibilitando o surgimento de outras formas de beneficiar-se do outro a partir de sua iminente necessidade de sobrevivência.

19 de maio de 1888

Publicada seis dias após a libertação dos escravos, a crônica *19 de maio de 1888* começa com a descrição do narrador do processo que o levou à libertação do seu escravo Pancrácio. Para ele, esse ato deveria ser interpretado como uma atitude revolucionária, visto que precedeu a assinatura da Lei Áurea. A cena acontece em sua casa durante um jantar que oferece a alguns de seus amigos mais íntimos. Os amigos insistiram em chamar o evento de banquete como forma de homenagear o ato generoso do amigo.

Anunciada a libertação, Pancrácio, que também acompanha o discurso de seu senhor, demonstra tamanho sentimento de felicidade que corre até ele e lhe agradece abraçando os seus pés. No dia seguinte, Pancrácio recebe uma proposta, do agora

ex-senhor, para que permaneça vivendo na casa em que reside desde a sua infância e que continue servindo ao antigo senhor como um funcionário remunerado com um pequeno ordenado.

Aceita a oferta, Pancrácio passa a ser tratado como um homem livre, fato que, na visão do narrador, justifica a aplicação de castigos físicos em caso de falhas na execução das tarefas, uma vez que agora se trata de um trabalhador assalariado. Ao final da crônica, o narrador explica o seu plano de ser eleito deputado e que pretende enviar uma circular aos seus eleitores na qual dirá que muito antes da abolição ele havia se antecipado ao ato da princesa e libertado um escravo que tinha em sua casa, a fim de comover a todos que soubessem da notícia.

O nome Pancrácio, “do grego, *Pankrátēs*: “que tudo (*pan*) pode (*krates*), i. é: “todo-poderoso, onipotente” (GUÉRIOS, 1981, p. 197), representa força e poder, mas a figura submissa do escravo sugere exatamente o oposto. Pancrácio acaba se submetendo à vontade do ex-senhor, pois, imediatamente após receber a alforria, acaba aceitando a primeira oferta de casa e salário em troca da continuidade da prestação de seus serviços:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
- Oh! meu senhô! fico.
- ... um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...
- Artura não qué dizê nada, não, senhô...
- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.
- Eu vaio um galo, sim, senhô.
- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 758).

A afirmação de que Pancrácio agora possuía a liberdade para fazer suas próprias escolhas, com a certeza de que ele não tem outro lugar no mundo a não ser aquele com o qual está familiarizado, tem o intuito de despertar o medo da fome, da miséria e do abandono e caracteriza o emprego de violência psicológica pelo ex-senhor. Esse tipo de violência é característica da dominação empregada pelos brancos aos negros, especialmente naqueles que ainda se encontravam em total situação de dependência.

Segundo Raymundo Faoro, esta crônica “parece que desvenda a alma da propaganda abolicionista e a dependência do antigo escravo, agora mesquinamente assalariado” (2001, p. 357), uma vez que “o abolicionismo, ao tempo que entrega ao cativo o próprio destino, prende-o ao salário de fome, com as mesmas humilhações que a escravidão consagrava” (2001, p. 358).

Esse novo vínculo mantido entre Pancrácio e o narrador acontece devido à relação de dependência econômica que o ex-escravo mantém com seu ex-senhor, afinal o salário pago, ao agora empregado, era insuficiente para que ele pudesse viver de maneira independente. A falta de conhecimento atrelado ao analfabetismo, realidade de muitos escravos, permite que o narrador prossiga com a aplicação de castigos físicos em seu funcionário sob o disfarce da repreensão. O ex-senhor, agora patrão, busca justificar suas atitudes violentas com a alegação de que está insatisfeito com a prestação de um serviço pelo qual pagou para que fosse bem realizado:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu, de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 758).

O emprego de violência psicológica em conjunto com o uso de violência física representa a dificuldade enfrentada pelo homem branco de se desligar do regime escravocrata, pois ele costuma proporcionar uma ideia de controle absoluto. Com o passar dos dias e à medida que o cotidiano começa a ser restabelecido, a violência física do narrador para com Pancrácio vai sendo intensificada enquanto o controle psicológico aparenta permanecer inabalado:

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 758).

Entre as formas de violência existentes na narrativa, destaca-se também o uso de violência verbal, evidenciada nas denominações “besta” e “filho do diabo”, que o narrador usa para se referir a Pancrácio e na afirmativa de que ele aceitaria tudo

“humildemente” e “até alegre”. Eduardo de Assis Duarte afirma que nessa falsa liberdade são estabelecidas novas formas de explorar o negro, pois “Pancrácio [...] é “libertado” dias antes da lei, sob a condição de continuar servindo e levando as pancadas do senhor” (2009, p. 259).

20-21 de maio de 1888

A crônica *20-21 de maio de 1888*, integrante da edição da *Imprensa Fluminense*, foi publicada uma semana após o término oficial da escravidão e possui um formato diferente das demais crônicas da série, pois o autor utiliza tanto o formato, da escrita em versículos, quanto a linguagem bíblica em sua construção para falar da Abolição da escravatura e do processo político que a cercava:

Nesta crônica, Machado examina a Abolição como um processo político: mas o estilo ironicamente bíblico, utilizado o tempo inteiro, faz com que se saiba que o processo não era apenas político, no sentido de ser determinado pelo que se passava nos corredores da Câmara dos Deputados, do Senado ou do Palácio Isabel. Através das ações e das palavras dos políticos, no entanto, podemos, se interpretarmos Machado corretamente, perceber como se desenvolvem os acontecimentos que determinaram essas mesmas ações (GLEDSON, 2003, p. 156).

No início do texto, o cronista destaca, de maneira irônica, a “aliança” existente entre a Princesa Isabel, a Regente, e o barão de Cotejipe, político conservador e defensor da manutenção do sistema escravocrata que se manteve no poder até o início de 1888: “1. No princípio era Cotejipe, e Cotejipe estava com a regente, e Cotejipe era a regente” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 759).

Na sequência, surge a figura de João Alfredo, que, segundo Gledson, foi um importante político que passou a apoiar a Abolição, inclusive a Lei do Ventre Livre em 1871, culminando com sua escolha para liderar o governo que iria abolir a escravidão. Ele reúne sua equipe, composta por Antônio Prado, Ferreira Viana, Vieira da Silva, Rodrigo Silva, Tomás Coelho e Costa Pereira, e parte para realizar sua missão de libertar os escravos:

16. Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?

17. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola que, no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.

[...]

24. E, tendo a regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que, depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.

25. A regente, que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 759).

O cronista traz sua crítica ao processo abolicionista nos três últimos trechos da crônica. Nos dois primeiros, discorre sobre a ineficiência na aplicação da lei, criticando aqueles que se mantinham indiferentes em relação ao estabelecimento da liberdade aos negros, como no caso de Bacabal, e as autoridades que contribuíam para a manutenção do sistema:

26. E toda a terra onde chegava a palavra da regente, de João Alfredo e dos seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência.

27. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 760).

Para ele, pensar que somente a promulgação da Lei Áurea seria capaz de acabar com a exploração de pessoas de forma imediata era um erro, pois acreditava ser preciso mais atenção das autoridades para fazer valer o que estava escrito no papel, bem como a conscientização da população da nova realidade do país, afinal “os efeitos da escravidão eram demasiado profundos para serem “abolidos” por uma lei e, se a euforia pública alimentasse essa ilusão, seria prejudicial” (GLEDSON, 2003, p. 159).

No último versículo, ele aborda a questão das sequelas sociais ocasionadas por um regime pautado por variadas formas de violência, pela exploração dos escravos e pela necessidade de autoafirmação do negro livre perante a sociedade da época:

28. Vendo isso, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois

de livres compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o *Eclesiastes*: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 760).

Machado de Assis aborda novamente o tema do negro liberto que acaba comprando escravos para criticar o regime escravocrata e as diversas formas de violências sofridas pelos escravos durante os anos de cativeiro. No romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado anos antes desta crônica, o narrador recorda-se das violências às quais submeteu Prudêncio:

[...] Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia — algumas vezes gemendo — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai nhonhô!”, ao que eu retorquia: “Cala a boca, besta!” [...] (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 612).

Apesar de o nome Prudêncio, “do latim *Prudentius*: “que tem prudência, prudente” (GUÉRIOS, 1981, p. 206), representar aquele que é sensato, a figura descrita por Brás Cubas deixa claro que a escravidão ocasionou marcas profundas no ex-escravo, refletindo as situações violentas que vivenciou ao longo dos anos:

[...] era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!”. Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.
 — Toma, diabo! — dizia ele. — Toma mais perdão, bêbado!
 — Meu senhor! — gemia o outro.
 — Cala a boca, besta! — replicava o vergalho.
 Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio — o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.
 — É, sim, nhonhô.
 — Fez-te alguma coisa?
 — É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
 — Está bom, perdoa-lhe — disse eu.
 — Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado! (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 669).

O narrador reconhece, sem demonstrar remorso ou culpa pelos seus atos, que Prudêncio sofreu com os abusos impostos por ele ao longo de sua vida como um escravo que pertencia a sua família e acredita que isso o fez querer afirmar com mais veemência o seu poder ao aplicar castigos em seu escravo com a mesma violência com que havia sofrido nas mãos dos seus senhores:

[...] Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas — transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 669).

Machado utiliza o discurso do narrador para se aproximar da figura do senhor branco e apontar possíveis situações de violência às quais os escravos eram submetidos e que faziam parte da rotina de uma sociedade pautada pela exploração do outro através da escravidão. O escritor critica as formas como os castigos eram infligidos a fim de dominar e explorar pessoas e busca apontar as consequências dos abusos físicos e psicológicos para a parcela negra da população.

27 de maio de 1888

A crônica *27 de maio de 1888* aborda a mudança de regime político brasileiro a partir do advento da República e como essa mudança poderia afetar, diretamente, o processo de abolição da escravatura em curso no país. Para tratar desses assuntos, o cronista utiliza uma notícia publicada no jornal *Gazeta de Notícias* sobre a transferência do meteorito de Bendegó da Bahia para o Rio de Janeiro.

O narrador inicia a sua fala fazendo um alerta àqueles leitores que se encontram entretidos com os festejos pelo 13 de maio para que não percam de vista a passagem do meteorito de Bendegó que deslocava-se vagarosamente em direção ao Rio de Janeiro:

Cumprido não perder de vista o meteorólito de Bendegó. Enquanto toda a nação bailava e cantava, delirante de prazer pela grande Lei da Abolição, o meteorólito de Bendegó vinha andando, vagaroso, silencioso e científico, ao lado do Carvalho (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 760).

Chegando à Bahia surge um impasse entre os vereadores acerca da continuidade da viagem do meteorito e a possibilidade de acontecer um embargo a sua saída da capital, que acabam votando e decidindo contrariamente ao embargo. O meteorito se aproxima de Carvalho travando um diálogo sobre política e questionando o porquê de dois dos votantes serem a favor do embargo, ouvindo a resposta de que se tratava de uma questão de federalismo, que o movimento federalista buscava adotar a constituição dos Estados Unidos, substituindo o chefe de Estado por um presidente ou um imperador, e dos rumores sobre a república:

[...] confiou-lhe que andam por aí ideias republicanas, e que há certas pessoas para quem o advento da República é certíssimo. Chegou a ler-lhe um artigo da *Gazeta Nacional*, em que dizia que, se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há muitos anos a escravidão... (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 762).

Partindo dos esclarecimentos expostos por Carvalho, o meteorito interrompe a conversa e, a partir de sua experiência no exército estadunidense, busca esclarecer

[...] que as duas coisas não eram incompatíveis: porque ele antes de ser meteorólito fora general nos Estados Unidos – e general do Sul, por ocasião da Guerra de Secessão, e lembra-se bem que os estados confederados, quando redigiram sua constituição, declararam no preâmbulo: “A escravidão é a base da Constituição dos estados confederados”. Lembra-se também de que o próprio Lincoln, quando subiu ao poder, declarou logo que não vinha abolir a escravidão... (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 762).

Segundo Gledson, o cronista usa a notícia sobre a viagem do meteorito de Bendegó, que havia virado notícia e motivo de chacota entre a imprensa, para tratar de dois assuntos centrais: a mudança de regime político e as possíveis consequências dessa mudança para o processo de Abolição. Para ele, Machado utiliza essa crônica

[...] para abrir uma perspectiva temporal mais ampla, e para refletir sobre as consequências políticas da Abolição, que [...] incluem uma república que fatalmente seria federativa. Aqui, é esse federalismo que o preocupa — o poder dos estados, e portanto das oligarquias que os

dominam. As repúblicas não são necessariamente antiescravagistas — a Confederação do Sul na Guerra Civil Americana (1861-5) foi uma república baseada na escravidão (2013, p. 106).

O cronista chama a atenção do leitor para as questões envolvendo a política do país, visto que muitos estavam entretidos com os festejos pela liberdade concedida aos escravos. Ele exprime a sua preocupação diante de uma possível mudança de regime político proporcionada pelo advento da República e deixa claro a sua inquietação com as possíveis interferências que uma mudança dessa magnitude poderia exercer sobre o processo de abolição da escravatura e das possíveis consequências para aqueles diretamente envolvidos no processo.

01 de junho de 1888

A crônica *01 de junho de 1888* tem como tema principal a Abolição. Mas, antes de falar de assuntos referentes à libertação dos escravos, o narrador Policarpo procura situar o leitor a respeito da boa educação que recebeu de Deus, uma vez que foi criado por uma ama escrava, ele acaba expondo a exploração sofrida por essas escravas que serviam como amas de leite e acabavam sendo as responsáveis pela criação dos filhos dos senhores:

[...] Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar, que não pedisse licença. Não estava em mim; às vezes dizia comigo:

— Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada.

Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos... (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 762).

Mais adiante, já tratando de questões abolicionistas, Policarpo se refere a nomes de “conhecidos abolicionistas, como Serzedelo Correia, ou ainda, o pseudônimo com que o também abolicionista Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*, assinava suas crônicas (José Telha)” com o intuito de “ironizar a acusações de financiamento do governamental aos partidários da emancipação” (DUARTE, 2009, p. 61):

Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse que explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo tinha pago tudo, as festas e uns alugueis atrasados da casa do Sousa Ferreira; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres; que o Serzedelo, à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha, precisando de uma casaca para ir ao Coquelin, é que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia seguinte começava assim o editorial: “Conforme havíamos previsto” (o resto como em 1844) (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 762).

O cronista utiliza o discurso do narrador, a respeito de uma conversa que teve com amigos durante um almoço, para criticar aqueles que esperavam reconhecimento durante as festas promovidas para comemorar o treze de maio, mesmo sem a constatação da existência de trabalhos seus em prol do movimento, ou seja, aqueles que queriam figurar como heróis abolicionistas, mas que, na verdade, não passavam de oportunistas, nos quais se encaixa a figura do narrador:

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates...

[...]

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Glória sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho. De mim, confesso que lá iria, se pudesse, com a mesma economia; mas, não havendo outro meio, pago o tostãozinho [...] (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 763).

Da mesma forma que muitos senhores de escravos esperavam ser reconhecidos pela concessão das chamadas “alforrias antecipadas”, distribuídas alguns dias antes da assinatura da declaração oficial da liberdade dos escravos, o cronista critica aqueles cidadãos que não auxiliaram de forma alguma para o estabelecimento do fim da escravidão e que, mesmo assim, esperavam ser reconhecidos pela sociedade por sua “contribuição” no processo abolicionista, enquanto busca apresentá-los como oportunistas que mais uma vez tentam tirar vantagem da situação social do negro.

26 de junho de 1888

A crônica *26 de junho de 1888* aborda o interesse de parte dos ex-senhores de escravos, especialmente aqueles declaradamente contrários à Abolição, pelo direito ao recebimento de uma indenização, por parte do Estado, devido às alegadas perdas econômicas sofridas por eles com a libertação dos escravos. Machado opta por tratar das questões envolvendo a indenização porque os jornais da época as tratavam como “questão candente do momento, proposta, naturalmente, pelas mesmas pessoas que se opunham à Abolição” (GLEDSON, 2003, p. 163).

O cronista utiliza o discurso do narrador para revelar aqueles que buscavam, a todo custo, beneficiar-se com a condição do negro: mesmo após a declaração da liberdade, ele ainda era usado pelo branco em tentativas de enriquecimento e benefício próprios. Para Gledson, o autor deixa claro seu posicionamento ao mostrar sua indiferença pelas perdas sofridas pelos ex-senhores e

[...] em uma questão Machado é absolutamente consistente, tanto nas crônicas como nos romances — ele não mostra a mínima simpatia pelos imprevidentes e cobiçosos fazendeiros (especialmente do Vale do Paraíba) que sofreram, verdadeiramente, grandes perdas com o fim da escravidão (2003, p. 163).

O narrador afirma ao leitor que, caso tivesse “crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 767). Ao imaginar que sua fala poderia causar estranheza ao leitor, de que pretendia comprar pessoas livres, ele o contextualiza a respeito de sua intenção, utilizando como exemplo um personagem do livro *Almas mortas*, de Gogol.

A partir da ideia de Tchitchikof, um golpista que comprava dos fazendeiros os registros de seus trabalhadores camponeses mortos para registrá-los como vivos a fim de receber do Estado o reembolso dos impostos pagos pelos seus patrões, o narrador mostra o seu plano:

[...] vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo preço, desde meia pataca.

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a Lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

— Os seus libertos ficaram todos?

— Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

— Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

— Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

[...]

Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinquenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 767).

O narrador acredita que seu plano não seja mais um plano inovador por acreditar que já deve existir alguém o colocando em prática, mas, com a diferença de comprar os escravos libertos e de ficar com eles ao final da negociação, afinal é sabido que:

[...] no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 768).

Essa fala do narrador aponta para um sistema no qual o ser humano é tratado como uma mercadoria que ao ser anunciada tem seus atributos destacados a fim de despertar o interesse em possíveis compradores. Machado, então, encerra a crônica criticando o sistema de “aluguel” de pessoas: “Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel [...] uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade [...]” (2015, p. 768).

Mais uma vez, o cronista aborda questões envolvendo a situação social do negro ao tratar do assunto envolvendo o “aluguel” de seres humanos para ressaltar a exploração proporcionada pelo branco para com o indivíduo em situação de vulnerabilidade social que acaba submetendo-se às condições precárias de trabalho a fim de garantir a subsistência.

3.2 A semana

A série de crônicas *A semana* conta com 248 textos publicados entre os anos de 1892 e 1897 na *Gazeta de Notícias*, sendo a mais longa série escrita por Machado de Assis e apesar de não assinar os textos, dessa vez, o autor não permanece anônimo. Segundo o estudioso John Gledson, “Artur Azevedo, em *O Álbum*, em janeiro de 1893, diz que ‘Atualmente escreve Machado de Assis, todos os domingos, na *Gazeta de Notícias*, uns artigos intitulados *A semana*” (2006, p. 210), o que demonstra que era de conhecimento geral do público a autoria das crônicas, pois

eram publicadas todos os domingos, com o título em maiúsculas, no jornal que era talvez o mais popular e respeitado do Rio, conhecido pela oposição sensata e moderada ao regime republicano. E mais: apesar de serem anônimas, é difícil evitar a impressão de que a autoria de Machado (ao contrário de “Bons Dias!”, cuja autoria era desconhecida até 1950) não era segredo, e que isso não o incomodava (GLEDSON, 2006, p. 2010).

O cronista abordou assuntos variados ao longo dos anos em que produziu e publicou o extenso número de textos integrantes da série. Entre os assuntos em destaque se encontram aqueles relacionados ao cenário político que o rodeava e às questões sociais como os reflexos do processo abolicionista para a população negra nos primeiros anos após o treze de maio, afinal “o escritor usa com maestria os recursos da narrativa romanesca para tratar de assuntos polêmicos em seu tempo, utilizando-se por vezes daquele humor ácido e cortante que caracteriza muitos de seus escritos ficcionais” (DUARTE, 2009, p. 257).

15 de maio de 1892

A crônica *15 de maio de 1892* foi publicada quatro anos após ter sido decretado oficialmente o fim da escravidão em solo brasileiro, abrangendo todos os negros que ainda se encontravam em situação de privação da liberdade. Ela aborda questões envolvendo essa nova realidade social que teve início com a Abolição, como as

demonstrações públicas de apoio ao abolicionismo e a recusa de parte da população, especialmente ex-senhores de escravos, em acatar aquilo disposto em lei.

O narrador busca enfatizar a importância da comemoração anual do treze de maio, devido à grandiosidade do acontecimento e do grande impacto social provocado por ele, ao mesmo tempo em que expõe a notícia³ da descoberta de uma mulher negra que, mesmo passados quatro anos da Abolição, ainda era mantida como escrava em uma casa de São Paulo:

[...] A festa de Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução, com este pico de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de São Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de se lhe tirar o chapéu (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 827).

Na sequência, o narrador afirma que o único modo de manter a preta Ana imersa na completa ignorância perante a situação envolvendo a liberdade dos negros escravizados seria através da violência física empregada pelo agora ex-senhor através das chicotadas costumeiras:

[...] Epimênides também dormiu por longuíssimos anos, e quando acordou já corria outra moeda; mas dormia sem pancadas. A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana, para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. O caso produziu imenso abalo; o telégrafo transmitiu a notícia e todos os nomes (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 827).

O cronista utiliza uma notícia publicada no dia anterior para criticar o descaso das autoridades na aplicação da Lei Áurea que permitiu que inúmeras pessoas continuassem sendo escravizadas e exploradas mesmo após anos da instauração da liberdade, e à escravidão por proporcionar situações de violência, nas quais pessoas eram submetidas a castigos físicos e privações de direitos.

³ John Gledson (1996, p. 57) esclarece que a notícia havia sido publicada no Telegrama da Gazeta de Notícias no dia 14 de maio.

16 de outubro de 1892

A crônica *16 de outubro de 1892* tem como tema principal a chegada do progresso ao Rio de Janeiro com a instalação dos primeiros bondes elétricos, mas também aborda algumas questões envolvendo a escravidão, como as consequências da Abolição para os negros que a partir de então passariam a ser responsáveis por seu sustento e moradia. Para tanto, o cronista traz o diálogo entre dois burros acerca da condição de servidão em que se encontram e a possibilidade de liberdade com a chegada dos bondes elétricos.

No entanto, um deles chama a atenção para a dificuldade que tem em acreditar na liberdade próxima devido à incredulidade que nutre pelos humanos, uma vez que as situações de violência constantes o impediam de crer na possibilidade de um ato de bondade por parte do seu senhor. A conversa era acompanhada atentamente pelo narrador que, por possuir conhecimento da “língua dos Houyhnhnms”, acompanha a conversa enquanto segue viagem no bonde puxado pelos animais:

— Desde que a tração elétrica se estenda a todos os bondes, estamos livres, parece claro.

— Claro, parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem reletes que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte.

— Que tem isso com a liberdade?

— Vejo — redarguiu melancolicamente o burro da direita —, vejo que há muito de homem nessa cabeça (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 865).

As expressões “nem no Natal escapamos da pancadaria cristã” e “quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte” criticam a violência empregada diariamente pelos senhores e a exaustiva rotina imposta àqueles que eram mantidos em regime de servidão. A chegada dos bondes elétricos não traria a liberdade, mas serviria apenas para estabelecer um novo modo de servir:

— O bonde elétrico apenas nos fará mudar de senhor.

— De que modo?

— Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.

— Pela burra de Balaão! — exclamou o burro da esquerda. — Nenhuma aposentadoria? nenhum prêmio? nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo?

— Passaremos às carroças — continuou o outro pacificamente — onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que lhe custou. Um dia, a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapazes, restituírnos-á a liberdade... (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 865).

As expressões “somos bens da companhia” e “vendem-nos” remetem ao regime escravocrata por expor a prática de compra e venda de escravos enquanto a expressão “não que nos falte pancada” indica que a prática da violência física estava ainda presente no cotidiano e que não seria abandonada de imediato, mesmo diante de um novo regime de trabalho. Para Duarte, o cronista “reflete sobre a liberdade e as condições de vida dos trabalhadores braçais, entre eles os ex-escravos, perante a modernização tecnológica em curso no país no fim do século XIX” (2009, p. 70).

O novo regime trabalhista resultaria em situações de abandono e desamparo proporcionados pela dificuldade em encontrar trabalho assalariado e, conseqüentemente, os obstáculos que isso traria para estabelecer sustento próprio, uma vez que a aposentadoria não era uma opção:

— Ficaremos soltos, na rua, por pouco tempo, arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou a lazeira ir-nos-á matando, até que, para usar esta metáfora humana, esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer. Ao fim de três dias, a vizinhança começa a notar que o burro cheira mal; conversação e queixumes. No quarto dia, um vizinho, mais atrevido, corre aos jornais, conta o fato e pede uma reclamação. No quinto dia, sai a reclamação impressa. No sexto dia, aparece um agente, verifica a exatidão da notícia; no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 865).

O cronista aponta o sétimo dia como aquele destinado ao descanso final do burro que morre e alcança enfim “a liberdade de apodrecer” e busca remeter o leitor ao texto bíblico que aponta o sétimo dia da criação como aquele destinado ao descanso merecido após realização de árduo trabalho. Ele aproveita para criticar novamente o

regime de trabalho estabelecido após a Abolição utilizando-se da expressão “no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver”.

Para Raymundo Faoro, a condição social do trabalhador livre, realidade de muitos brancos pobres e pardos com trabalhos assalariados ou em situação de dependência, foi muito importante para que o cronista percebesse a condição do escravo sob um “ângulo original”. Para ele, Machado foi o único que “insistiu na calamidade que a alforria poderia significar para o cativo. O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância”, enquanto os senhores lucrariam com a dispensa de uma “boca inútil, envelhecida ou estropiada do trabalho” (FAORO, 2001, p. 355).

1º de janeiro de 1893

A crônica *1º de janeiro de 1893* versa acerca de acontecimentos políticos locais logo nos primeiros parágrafos, nos quais o cronista faz referência “ao incidente ocorrido no conselho municipal do Rio de Janeiro e critica a posse de três intendentess, que, diante de um impasse jurídico, ocuparam os cargos alegando ser a renúncia ‘um crime’” (DUARTE, 2009. p. 71). Mais adiante ele trata da descoberta de um homem negro que, quase cinco anos após o treze de maio, ainda era mantido como escravo e ao fugir da casa do antigo senhor acaba descobrindo que a liberdade havia sido concedida em 1888:

Há fatos mais extraordinários que a desolação de Babilônia. Há o fato de um preto de Uberaba que, fugindo agora da casa do antigo senhor, veio a saber que estava livre desde 1888, pela Lei da Abolição. Faz lembrar o velho adágio inglês: “Esta cabana é pobre, está toda esburacada; aqui entra o vento, entra a chuva, entra a neve, mas não entra o rei”. O rei não entrou na casa do ex-senhor de Uberaba, nem o presidente da República. O que completa a cena é que uns oito homens armados foram buscar o João (chama-se João) à casa do engenheiro Tavares, onde achara abrigo (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 885).

O cronista critica novamente — assim como faz na crônica de 15 de maio de 1892 em que relata o caso da preta Ana que acaba sendo descoberta em situação de cativo apenas um dia antes das comemorações pelo quarto aniversário da lei — o descaso

das autoridades com o descumprimento da Lei Áurea por ex-senhores de escravos e a aparente apatia do sistema legal brasileiro diante dos infratores abertamente contrários à Abolição e à instauração da liberdade: “Renunciar ao escravo é um crime, terá dito o senhor de Uberaba” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 885).

14 de maio de 1893

A crônica *14 de maio de 1893* tem como tema o aniversário do Treze de Maio e acontecimentos recentes e traz consigo as preocupações nutridas pelo cronista com o aparente esquecimento da população defronte a grandiosidade do evento comemorado nesta data. Para Gledson a crônica é conhecida

[...] sobretudo pelas lembranças comovidas e comovedoras sobre a Abolição da escravidão cinco anos antes, e formam um contrapeso maravilhoso à ironia e ao pessimismo das crônicas de “Bons Dias!”, escritas na hora. Também volta a uma questão que preocupou Machado cada vez mais, e originava-se em parte no advento da República: a falta de uma memória histórica coletiva (GLEDSON, 2013, p. 175).

Logo no primeiro parágrafo, o cronista relembra como foi seu despertar naquele quinto aniversário do treze de maio enquanto demonstra aflição pela ausência do sol, pois o considera como um legítimo representante da alegria pública que não deveria faltar em um dia tão importante para a sociedade brasileira:

Ontem de manhã, descendo ao jardim, achei a grama, as flores e as folhagens transidas de frio e pingando. Chovera a noite inteira; o chão estava molhado, o céu feio e triste, e o Corcovado de carapuça. Eram seis horas; as fortalezas e os navios começaram a salvar pelo quinto aniversário do Treze de Maio. Não havia esperanças de sol; e eu perguntei a mim mesmo se o não teríamos nesse grande aniversário. É tão bom poder exclamar: “Soldados, é o sol de Austerlitz!” O sol é, na verdade, o sócio natural das alegrias públicas; e ainda as domésticas, sem ele, parecem minguadas (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 917).

O sol foi personagem importante do treze de maio de 1888, pois permitiu que todos pudessem sair às ruas para comemorar a aprovação e a assinatura da lei. O cronista

critica a falta de entusiasmo do povo ao afirmar que aquele havia sido o único dia de “delírio público” do qual tem lembrança e aproveita para comparar a presença do sol com a manifestação da felicidade pelo povo, enquanto a ausência do sol é comparada com a ausência do povo nas ruas, o que para ele simboliza uma “tristeza indefinível”:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. [...] No meio de tudo, porém, uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual? (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 918).

As ruas vazias, a falta de comemorações e a ausência de entusiasmo por parte da população fizeram com que o cronista questionasse se a sociedade já havia retornado ao seu estado costumeiro de completa indiferença com relação às questões sociais que o cercam, especialmente aquelas envolvendo o povo negro. Essas desconfianças acabam despertando o temor de que a com o passar dos anos tudo não passe de lembranças remotas: “Temo que nosso regozijo vá morrendo, e a lembrança do passado com ele, e tudo se acabe naquela frase estereotipada da imprensa nos dias da minha primeira juventude” (MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 918).

3.3 Machado de Assis e a escravidão

Ao lançar um olhar sobre a ascendência de Machado de Assis, especialmente para o seu lado paterno, é possível perceber que ele faz parte de uma família de origem negra, composta por escravos e alforriados, que vivenciou o contexto político e social de um país regido pela escravidão. Segundo Jean-Michel Massa,

os bisavós paternos de Machado de Assis nasceram escravos, no Livramento. Pertenciam, respectivamente, à proprietária e a um membro da sua família. Benedita Maria da Piedade, bisavó do lado paterno do escritor, pertencia a Maria Teresa dos Santos, que se havia casado, em 1737, com Manuel Pinto da Cunha e Sousa. Depois da morte de seu esposo, ocorrida em 1771, passava a proprietária da chácara. José Pereira dos Santos, um eclesiástico (talvez irmão de

Maria Teresa), foi o dono da avó materna do pai do escritor, também escrava, chamava-se Rosa (MASSA, 2009, p. 43).

Em seu estudo⁴ sobre as três primeiras décadas da vida do escritor, Massa analisa a árvore genealógica do lado paterno de sua família e afirma que os seus avós, Francisco José de Assis e Inácia Maria Rosa, nasceram escravos, se casaram em 04 de agosto de 1805 e que, “no ato de seu casamento, são declarados forros, mas ignora-se quando foram libertados. É provável que tenham sido libertados da escravatura ao contraírem matrimônio” (MASSA, 2009, p. 44).

É importante enfatizar que a família de Machado não tinha posses, que ele era mais um entre os inúmeros descendentes de negros vivendo em um país com um regime escravocrata vigente e que é nesse “ambiente de flagrante rebaixamento da afrodescendência que o autor mulato, neto de escravos e nascido no morro do Livramento, irá aos poucos se firmando como a grande voz da literatura de seu tempo” (DUARTE, 2009, p. 252).

O vínculo do escritor com a escravidão começa na família e acaba envolvendo tanto a sua produção literária quanto o seu trabalho como funcionário do Ministério da Agricultura, afinal, poucos anos depois da publicação do conto *Mariana*, em 1871, ele iria encontrar-se

profundamente envolvido na aplicação cotidiana da lei de 28 de setembro. Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação (CHALHOUB, 2003, p. 138).

Nos textos literários com foco na temática do negro, o escritor opta por “enfatizar não a ameaça que os escravos representavam para os senhores, mas o sofrimento que os senhores causavam aos escravos” (CHALHOUB, 2003, p. 162) através dos castigos físicos, da privação da liberdade e da supressão dos direitos sociais. De acordo com Mailde Trípoli, o autor também procura revelar

⁴ Trata-se do livro “A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual” publicado por Jean-Michel Massa, em primeira edição, no ano de 1971.

outras formas de violência, nem sempre tão explícitas, mas igualmente cruéis e doloridas. A violência, que passa pela dissimulação e falsa camaradagem, instituída para amenizar as relações entre senhor e escravo, aumentar a produção, garantir fidelidade e diminuir as fugas e revoltas, bem como as despesas com segurança ostensiva (TRÍPOLI, 2008, p. 2).

Para Octavio Ianni, o autor pode ser considerado um clássico tanto da literatura brasileira quanto da literatura negra, por ter criado, juntamente com Cruz e Sousa e Lima Barreto, as “famílias literárias fundamentais da literatura negra”, nas quais o negro aparece como tema principal, pois

abre, em grande estilo, a visão paródica do mundo burguês, a partir da perspectiva dos setores subalternos; a partir da perspectiva crítica mais profunda do negro escravo ou livre. Inaugura a carnavalização da sociedade branca, isto é, burguesa, do ponto de vista do negro subalterno. “Emancipado o preto, resta emancipar o branco”. Nesses termos é que ele é clássico duas vezes (IANNI, 1988, p. 95).

Segundo Duarte, é possível notar na obra machadiana o “texto voltado para a crítica ao mundo dos brancos, marcada pela ironia e por um conjunto de procedimentos dissimuladores” (DUARTE, 2013, p. 149). Para ele, o escritor encontrava-se obrigado a agir de maneira dissimulada ao expor as suas críticas por destinarem-se exatamente ao seu público leitor. Afirma, também, que o escritor é o precursor da literatura “afro-brasileira” por diversas razões, mas que é preciso ressaltar apenas duas delas, sendo

a segunda decorrente da primeira: o ponto de vista afro-identificado, não branco e não racista, apesar de toda a discrição e compostura do “caramujo”; e o fato de matar o senhor de escravos em seus romances, criando um universo ficcional que é alegoria do fim da escravidão e da decadência da classe que dela se beneficiou, ao longo de mais de 300 anos de nossa história (DUARTE, 2013, p. 149).

Negro e neto de escravos, Machado de Assis nasceu na mesma chácara onde alguns membros de sua família foram mantidos como escravos, ele esteve próximo do regime escravocrata de maneira que pôde testemunhar algumas de suas fases mais importantes, como a Lei do Ventre Livre em 1871, a Lei dos Sexagenários em 1885 e a Lei Áurea em 1888. Como funcionário do Ministério da Agricultura pôde atuar na luta contra a escravidão ao fiscalizar a aplicação da lei de 71, enquanto que em seu trabalho como escritor procurou retratá-la de maneira própria e exprimiu, através de seus escritos, duras críticas tanto ao sistema quanto à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em Machado de Assis como um homem negro, descendente de escravos, que viveu durante a vigência da escravidão e acompanhou o estabelecimento de fatos importantes que vieram a contribuir significativamente para a concretização da abolição da escravatura, como a promulgação de leis como a do Ventre Livre e dos Sexagenários, permite que seja feita uma reflexão acerca do quanto esses fatores podem ter influenciado em sua produção literária ou mesmo interferido na forma como ele era visto e aceito no meio social, uma vez que ele estava inserido em uma sociedade na qual imperavam segregações de cunho tanto social quanto racial.

Mesmo defronte a condições bastante desfavoráveis para uma pessoa de origem humilde, ele acabou conquistando o seu espaço como escritor no meio literário brasileiro e conseguiu alcançar notoriedade ao longo de seus anos de atuação, fato que lhe permitiu fazer parte do reduzido grupo de escritores que alcançaram altíssimo reconhecimento de leitores e críticos durante a sua vida, bem como proporcionou a ele a participação na Fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897⁵, sendo escolhido para ser o seu primeiro presidente.

Diante de tamanha notabilidade, a obra machadiana passou a despertar o interesse em muitos estudiosos da literatura brasileira, tornando-se objeto de estudo para inúmeros pesquisadores a partir dos mais variados eixos temáticos. Entre os temas analisados encontra-se aquele dedicado ao negro, à escravidão, ao processo de abolição e à situação social do negro após a assinatura da Lei Áurea. Pensando nisso, foi feita uma seleção, em meio à vasta fortuna crítica sobre a obra do escritor, a fim de elencar os textos com maior proximidade temática com a análise apresentada nesse trabalho, buscando dialogar sobre a presença dos personagens negros, escravos e libertos, das relações estabelecidas com os senhores de escravos e das diferentes formas de violências sofridas, tão comuns durante a manutenção da escravidão em solo brasileiro.

⁵ As discussões envolvendo a necessidade de fundar a Academia Brasileira de Letras tiveram início no final do ano de 1896, sua sessão inaugural aconteceu em 20 de julho de 1897 e contou com um breve discurso de Machado de Assis, disponível no site da instituição.

A importância do escritor para a literatura brasileira é incontestável e enxergá-lo como um dos representantes de uma literatura produzida por escritores negros e afrodescendentes como faz Octavio Ianni, ao apontá-lo como um clássico da literatura negra, e Eduardo de Assis Duarte, em *Machado de Assis afrodescendente*, ao dar luz à presença do negro na obra machadiana da poesia ao romance. Essa ligação entre os seus escritos e o negro é muito interessante, pois permite novas formas de perceber como Machado trabalhou as questões envolvendo a escravidão, a abolição e a condição social do negro em seus textos, sem esquecer que ele o fez de maneira peculiar e repleta de singularidades, exigindo grande atenção do seu leitor.

A partir disso, se fez importante a observação da maneira como Machado trabalhou, nos contos, a condição da mulher negra em situação de escravidão e de dependência a partir das diferentes formas de violências que sofreram e que foram impostas pelo branco em busca de dominação e poder. As personagens Elisa, Mariana, Lucrecia e Arminda representam aquelas mulheres que se encontram dentro de um contexto social desfavorável aos negros e aos seus descendentes que buscam lutar contra os abusos e as injustiças em busca da igualdade de direitos.

Elisa representa a mulher negra livre, que não realiza trabalhos forçados e vive em paz com seu pai em uma fazenda, que acaba sofrendo com as investidas de Carlos e termina morta pelo próprio pai, Julião, para fugir da violência do homem branco. Mariana representa a mulher negra escravizada que vive na casa dos senhores e não realiza trabalhos forçados, mas acaba tornando-se alvo do senhor, Coutinho, e opta por cometer suicídio. Lucrecia representa a menina negra escravizada que vive na casa de Sinhá Rita que a obriga a realizar trabalhos de agulha e que costuma aplicar-lhe os castigos físicos em caso de desobediências ou atrasos. Arminda representa a mulher negra escravizada, submetida à situação extrema do cativo, que realiza trabalhos forçados, que sofre com os abusos físicos do senhor a ponto de tentar a fuga, mas acaba capturada por Cândido Neves e sofre um aborto diante dos dois homens.

Igualmente importante é a observação das críticas existentes nas crônicas das séries *Bons Dias!* e *A semana*, escritas e publicadas entre 1888 e 1893, que permitiu a percepção da forma como o cronista observava a situação social na qual o negro

encontrava-se inserido, durante a escravidão e após o processo que resultou na libertação dos escravos. Críticas responsáveis por fazer pensar na condição do negro escravizado diante das situações de violência às quais eram submetidos e sobre a condição de abandono após a Abolição, uma vez que muitos não tinham condições financeiras para arcar com o próprio sustento.

A figura de Pancrácio evidencia a situação dos ex-escravos que passam a depender do seu trabalho para sobreviver e que acabam permanecendo na casa dos ex-senhores devido à falta de melhores opções e com isso submetendo-se a condições degradantes. O destaque dado às notícias de pessoas negras que, passados anos da Abolição, ainda eram mantidas como escravos criticam a situação de abandono dessas pessoas pelas autoridades, que não faziam valer a lei, e pela sociedade, que negligenciava atitudes dos infratores.

Realizar uma análise da situação do negro contemporâneo a Machado de Assis com base em seus escritos possibilita uma reflexão acerca de questões envolvendo as pessoas negras dos dias atuais, o que abre caminho para questionamentos sobre como a escravidão e a sua extinção influenciaram as vidas dos descendentes de escravos e libertos no tocante às questões sociais e raciais, como o preconceito e a discriminação, aos enfrentamentos cotidianos e como essas questões podem influenciar na produção de uma literatura que busca ampliar os espaços ocupados por aqueles que, durante muito tempo, vêm lutando pela igualdade de direitos e de condições na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Aduari. A vida literária de Machado de Assis e o negro em seu tempo. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 165-177.
- BERNARDO, Gustavo (Org.); MICHAEL, Joachim (Org.); SCHÄFFAUER, Markus (Org.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BIM, Leda Marana. Amor e morte: uma comparação dos contos “Pai contra mãe” e “Mariana”. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 115-124.
- COUTINHO, Eduardo de Faria. A desconstrução de estereótipos na obra de Machado de Assis: a questão da escravidão. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 93-100.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo [antologia]*. Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 249-288.
- _____. Memórias Póstumas da escravidão. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 11-26.
- _____. O negro na literatura brasileira. In: *Navegações – Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*. v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787/10936>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. rev. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Ave Maria, 1981.

HAPKE, Ingrid. Tomando liberdades: o escravo “fora do lugar”. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 101-114.

IANNI, Octavio. *Literatura e consciência*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 28. São Paulo: USP, 1988. p. 91-99. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034/72674>>. Acesso em 23 jul. 2018.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. Realismo, ceticismo e escravidão: o caso Machado de Assis. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 77-92.

KRECH, Natascha Machado. O escravo e o protegido: percepção do trabalho servil em “Virginius”. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 147-164.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A semana (1892-1893)*. Edição, introdução e notas: John Gledson. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *Bons Dias! (1888-1889)*. Edição, introdução e notas: John Gledson. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. *Crônicas escolhidas*. Seleção, introdução e notas: John Gledson. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo [antologia]*. Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

_____. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 1, p. 596-733.

_____. O caso da vara. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 2, p. 524-529.

_____. Pai contra mãe. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 2, p. 621-627.

_____. Virginius: narrativa de um advogado. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 2, p. 735-744.

_____. Mariana. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 2, p. 978-990.

_____. 11 de maio de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 756-757.

_____. 19 de maio de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 757-758.

_____. 20-21 de maio de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 758-760.

_____. 27 de maio de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 760-762.

_____. 01 de junho de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 762-763.

_____. 26 de junho de 1888. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 767-768.

_____. 15 de maio de 1892. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 827-828.

_____. 16 de outubro de 1892. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 864-866.

_____. 1º de janeiro de 1893. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 884-886.

_____. 14 de maio de 1893. In: _____. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. v. 4, p. 917-919.

MARTIN, Peter. Os inícios da economia escravocrata na América. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 27-59.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. Prólogo de Antonio Candido. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MICHAEL, Joachim. Machado de Assis e o século negro. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 61-75.

SCHÄFFAUER, Markus Klaus. A borboleta preta e os olhos de ressaca. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 125-133.

TAUSCHER, Dennis. Escravidão e abolição em *Memorial de Aires* e “O caso da vara”. In: BERNARDO, G.; MICHAEL, J.; SCHÄFFAUER, M. (Orgs.). *Machado de Assis e a escravidão: Machado de Assis und die sklaverei*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 135-146.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. Machado de Assis e a escravidão. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 23, n. 408, 8 a 14 set. 2008. p. 2. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/setembro2008/ju408_pag02.php#>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

VILLAÇA, Alcides. Querer, poder, precisar: “O caso da vara”. In: *Teresa: revista de literatura brasileira*, n. 6/7. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 17-30. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116606/114194>>. Acesso em: 20 jul. 2018.